



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PROER		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 001230/01	DATA: 30/10/01
INÍCIO: 14h37min	TÉRMINO: 17h40min	DURAÇÃO: 3h03min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h06min	PÁGINAS: 127	QUARTOS: 20
REVISORES: GILBERTO, MADALENA, LUCIENE FLEURY		
SUPERVISÃO: ESTELA		
CONCATENAÇÃO: ESTELA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA - Primeiro Interventor do Banco Econômico.
FLÁVIO CUNHA - Interventor e liquidante do Banco Econômico.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.
Há palavras ininteligíveis.
Usina Massau-Açu (?)
Jackson Camar Lins Empreiteira e Serviços Ltda. (?)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 13ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil com o Sistema Financeiro Privado. Informo aos Srs. Parlamentares que a ata da 12ª reunião foi distribuída, e indago se há necessidade de sua leitura..

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloca a ata em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovada a ata. Esta Presidência comunica que recebeu ofício do Banco Central referente às informações solicitadas no Ofício nº 51/10, desta Comissão, que requereu a relação das operações diárias de assistência financeira de liquidez, redesconto em todas as suas modalidades no período de 01/07/94 a 23/03/97, realizadas pelo Banco Econômico, Banco Nacional, Banco BAMERINDUS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. As informações estão disponíveis aos Srs. Deputados na Secretaria da Comissão, observadas as cautelas pertinentes quanto aqueles documentos de caráter sigiloso. Atendendo à decisão da Presidência desta Casa, temos de proceder à publicação na Ordem do Dia das Comissões, para conhecimento prévio, dos requerimentos a serem apreciados nas reuniões de Comissões. Assim, cumprindo essa determinação, peço aos Srs. Parlamentares que encaminhem os requerimentos a serem pautados para a reunião de amanhã até às 16h. de hoje. Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomar o depoimento dos Srs. Francisco Flávio Salles Barbosa, primeiro interventor do Banco



Econômico, e do Sr. Flávio Cunha, interventor e liquidante do Banco Econômico. Para cumprir as formalidades legais, as testemunhas serão ouvidas separadamente. Assim, a Presidência solicita e convida o Sr. Francisco Flávio Salles Barbosa a tomar assento à mesa. Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção de V.Exas. quanto às normas estabelecidas para os nossos trabalhos. Reiterando a lista de inscrição, que já se encontra disponível na mesa, e cumprindo as formalidades legais, foram firmados pelos depoentes termos de compromisso que integram formulários de qualificação, de cujo teor faço a leitura: “Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”. Passo a palavra ao primeiro depoente, Sr. Francisco Flávio Salles Barbosa.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA - Exmos. senhores, meu nome é Francisco Flávio Salles Barbosa, sou ex-funcionário do Banco Central, aposentado, e fui o primeiro interventor do Banco Econômico durante o ano de 1995 até, praticamente, o momento em que foi firmado o acordo entre o Banco Central e o Excel, quando aquela instituição assumiu o controle acionário do Banco Econômico, que estava sob intervenção. A partir do momento em que — como acontece na minha vida — eu larguei as funções de interventor do Banco Econômico, não tive mais qualquer contato nem com o Banco Central, nem com qualquer coisa que me vinculasse àquele trabalho. A não ser em uma ou duas oportunidades em que eu fui chamado à Polícia Federal para depor sobre algum tipo de processo que estava correndo naquela Autarquia Federal, para prestar depoimento também, a exemplo do que está ocorrendo neste momento. Afora isso, nunca mais me envolvi com qualquer tipo de coisa, porque abandonei completamente o Governo, não quero saber de Governo, a não ser essa minha função hoje, aqui na Câmara dos



Deputados. Estou à disposição de todos os senhores para qualquer tipo de pergunta e possível esclarecimento que eu possa dar, dado o tempo em que eu me afastei daquelas funções. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Concedo a palavra, para sua inquirição, ao Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. depoente, gostaria que o senhor nos fizesse uma rápida explanação a partir do momento do seu papel de interventor. Como é que encontrou o Banco Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Bom, como sói acontecer nesses momentos, a instituição financeira Banco Econômico — e isso foi colocado no meu relatório, quando eu terminei — apresentava um passivo a descoberto de um montante muito alto, senão me engano ascendia a mais ou menos um bilhão e oitocentos o passivo a descoberto da instituição. E, naquele momento, o mercado brasileiro era muito conturbado, porque, com a introdução do Plano Real, as instituições financeiras e alguns outros setores da economia brasileira tinham grandes problemas em manter os seus ganhos, principalmente os ganhos auferidos pelo processo inflacionário. E é repetitivo dizer que um processo inflacionário como o nosso, em qualquer lugar do mundo, é extremamente penalizante para as classes menos favorecidas e extremamente benéfico para as elites que manipulam e sobrevivem graças ao poder tanto político e até econômico. Isso faz um bem enorme a esse tipo de classe, chamada elite. A situação do Banco Econômico eu, à época, reputei como a demonstração clara da incompetência de administradores da instituição financeira, ou seja, uma instituição que era a mais antiga deste País, quiçá, da América do Sul, mais antiga que o Banco do Brasil em termos de



movimento contínuo. Ela não teve qualquer solução de continuidade desde a época de sua fundação até aquele momento, em 1995. Eles conseguiram destruir aquela instituição. E eu disse claramente que foi por incompetência administrativa e técnica. Não digo desonestidade, porque eu não sou Justiça e a Justiça é quem tem o poder de qualificar qualquer pessoa de desonesta ou honesta, e nada acontece com ela, porque ela tem o direito de dizer isso. Mas nós, seres humanos, não temos esse direito. Então, nunca me pronunciarei nem irei pronunciar qualquer coisa no sentido de que houve desonestidade ou não. As coisas erradas, do ponto de vista legal, do ponto de vista formal, do ponto de vista operacional, que eu julguei erradas, e como todo funcionário do Banco Central julgou, nós encaminhamos às Comissões de Inquérito, que foram formalizadas — e foi uma Comissão de Inquérito muito grande. E de lá, dessa Comissão de Inquérito, foram encaminhadas todas as denúncias possíveis ao Ministério Público e hoje os administradores e ex-administradores do Banco Econômico estão a sofrer. Estão com seus bens indisponibilizados e estão a sofrer os processos que são bastante elevados hoje. Segundo consta, o ex-controlador já foi até condenado em algum. Mas isso a Justiça vai dizer. Mas a situação do Banco era muito ruim naquele momento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Isso o senhor citou, levando em conta a questão do passivo a descoberto. Quanto à liquidez, naquele momento, como o senhor poderia qualificar a situação?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – A liquidez do Banco, do ponto de vista do mercado, era a pior possível. Praticamente era suportada por outras instituições que a financiava, dada a situação de... Porque o mercado é muito... Ele trucidava as outras... As instituições entre si trucidavam uma a outra.



A partir do momento que eles notam que certas instituições estão perdendo credibilidade — e a palavra chave do sistema é credibilidade —, eles são extremamente predatórios um com o outro. Então, você diz: “A Caixa Econômica financiava, a PREVI financiava, o Banco do Brasil financiava, o Banco Central liberou empréstimos de liquidez”. Mas essa é a função do Banco Central, ele teria de fazer isso não só com o Econômico, como com qualquer outra instituição. Ele é obrigado a fazer isso. Não é só obrigado. Ele, por dever de ofício, teria de fazer isso. Mas, a partir do momento... E tem um detalhe nisso tudo que... Eu não sei como foi possível isso. Mas eu estava em Belém, eu era Diretor do BASA, por volta do meio-dia, na sexta-feira, quando eu recebi uma ligação do Banco Central, dizendo que eu tinha de vir a Brasília urgentemente. Eu nem sabia para que era, mas tinha de vir, então eu vim. Mas nessa hora, mais ou menos ao meio-dia, já estava saindo no noticiário que o Econômico ia sofrer intervenção do Banco Central. Quer dizer, é um negócio que não entra na minha cabeça, entende, como é que uma coisa tão séria nesse sentido a imprensa noticia. Não estou dizendo que a imprensa deva ou não noticiar. Não. Ela deve noticiar. Mas por que ela noticiou? Quem deu a notícia à imprensa, para ao meio-dia dizer que o Banco Econômico ia sofrer intervenção? Isso é uma coisa que não se explica, nem eu sei explicar. Mas, na realidade, não se faz isso impunemente. A instituição, então, não tinha a menor condição mais de retornar. O que foi feito... Eu assumi 8h da noite ou 10h. da noite, eu nem lembro bem. Eu sei que assumi a intervenção, era bem tarde da noite já daquele dia. Não sei se exatamente daquele dia ou já se passava da meia-noite. Eu não me lembro mais. Mas ela não tinha a menor condição de voltar a uma posição, naquele momento, de credibilidade.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Dr. Francisco, a base, portanto da intervenção, a justificativa da intervenção foi o passivo a descoberto, foi a falta de liquidez ou as duas coisas ao mesmo tempo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acredito que as duas coisas, porque, à medida que seus ativos não suportam os ônus que o passivo acarreta para a instituição... E, como eu disse, o mercado é rapinante, um em relação ao outro, eles analisam todos esses balanços dessas instituições, eles sabem mais ou menos o que está acontecendo com elas. Então, por um lado, ele tinha ativos que eram malfeitos, mal deferidos. Apesar de que uma enorme quantidade de ativos era vinculada ao Governo — e todo mundo sabe também que o Governo gosta de dar seus calotes pessoais —, então, a instituição sofreria muito com isso, entende? O que eu posso dizer é que ela sofria das duas posições. Tinha problemas de liquidez e tinha problema nos seus ativos. Claramente isso, tanto o passivo a descoberto, que eu ali estampeei de mais ou menos da ordem, naquela data, mais ou menos da ordem de 1 bilhão e 800.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O senhor pôde perceber nesse último dia... O senhor chegou no final do dia às 8h, teve acesso aos papéis a partir daí. Foi possível perceber nesse dia, o dia da intervenção, desde a abertura de manhã até ao final do dia, uma perda de depósitos expressiva em relação ao conjunto dos depósitos que existiam no banco?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, claro. O último dia é o pior de todos. Ainda mais quando se tem um noticiário desse, dizendo que o banco está quebrando, vai ser quebrado. Então, é normal que haja essa corrida efetiva em cima da instituição. Mas o processo já havia sido, vinha de muito mais tempo. O



processo de deterioração das finanças do banco já vinha de mais tempo, porque, à medida que o tempo avançava, as necessidades de ele se financiar junto ao sistema, junto a outras instituições — BRADESCO, quem tinha recursos à época para financiá-lo —, ia crescendo. E, no penúltimo dia, atingiu montantes muito altos, inclusive uma operação de empréstimo dele do Banco do Central também era muito alta, e ele não pôde suportar. Porque você não consegue transformar ativos rapidamente em dinheiro, entende? Eles não são imediatamente conversíveis. Alguns são imediatamente conversíveis: títulos federais, títulos que têm alta liquidez no sistema e tal você consegue converter e transformá-los em dinheiro, basicamente na mesma hora. Mas operações de empréstimo, operações de financiamento, operações de desconto, isso não se consegue. Desmobilizar, você não consegue. Então, há **débacle** financeira, conjuntamente ao que eles fizeram de incompetência mesmo administrativa e técnica ao longo dos anos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu gostaria de saber na sua opinião — é uma questão mais de opinião —, por que foi adotado o processo de intervenção e não foi aplicado o RAET? O RAET manteria o banco funcionando, digamos assim, não?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu não sei lhe explicar por que foi adotada a posição de se fazer uma intervenção. Porque no processo de intervenção você, é claro... A lei diz o seguinte: você pode liquidar a instituição, você pode adotar o regime de intervenção e você pode fazer uma administração especial temporária. Você tem essas três opções. Na liquidação, o Flávio vai falar muito mais. O Flávio Cunha lidava melhor sobre isso do que eu, porque eu nunca fui liquidante de qualquer instituição. Mas, no caso da intervenção,



quando você nomeia o interventor, você espera o seguinte do interventor: do ponto de vista legal, o Banco Central tem o direito a fazer qualquer uma das três, tem direito a nomear o interventor, o liquidante ou o membro da administração do RAET, tem o direito de autorizar a alienação de ativos para que transforme em recursos para começar a pagar o passivo e tem o direito de demitir o administrador que ele havia nomeado, André Gimenes. Esse é um ponto que tem de ficar muito claro o porquê, entende? O que ele espera do interventor? É que ele tome uma das seguintes atitudes, ele diga assim: "A instituição pode ser melhor analisada". Então, como normalmente as intervenções são estipuladas em seis meses, o interventor propõe que seja prorrogado por mais seis meses. Esse é um ponto que ele espera do interventor. O segundo ponto que ele espera do interventor, ele diz assim: "A instituição não tem condições de retornar à atividade. Então, proponho que seja decretada a liquidação extrajudicial da instituição". E, terceiro: "A instituição tem condições de retornar, então nós devolvemos aos acionistas, eles nomeiam novos administradores, e a instituição volta a trabalhar normalmente". Esse é um caminho adequado, e talvez seja essa a motivação de que o Banco Central, naquele momento, tenha optado pela intervenção. Agora, uns dizem que seriam melhor o RAET, e outros dizem que já devia ter sido liquidado naquele momento. É difícil você agora criticar ou fazer a crítica que você queira. Eu acho que o caminho, naquele momento, foi o melhor, não porque eu tenha sido nomeado. Tanto que a pior coisa que aconteceu na minha vida foi isso, nunca gostei do que aconteceu comigo depois disso. Mas, naquele momento, eu acho que foi a medida acertada. O Banco Central, acho que agiu corretamente em optar pela intervenção.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O senhor chegou a participar da Comissão de Inquérito do Banco Central? A Comissão de Inquérito levou sete meses para apresentar o inquérito, após a intervenção. Eu lhe perguntaria se esse período não foi um período muito longo que fez com que o Banco Econômico, sob intervenção, ele ficasse com milhares de pessoas com seus depósitos congelados, criando uma situação de mercado bastante problemática em todo o mercado bancário. Não foi um período muito longo de demora?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acredito que não, porque o senhor há de convir que o Grupo Econômico era algo em torno de 59 empresas que formavam o Grupo Econômico.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Cinquenta e nove ?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Empresas. É. Então, eu passei a ser uma pessoa extremamente capacitada para tudo. Eu passei a lidar com instituição financeira, com petroquímica, com indústria de sucos de fruta, com fazendas, com mineralogia. Então, eu passei a ser uma superpessoa, sabe? Passei a fazer parte do Conselho de Administração de USIMINAS, COPENE e n coisas, entende? Então, você vê que o processo... Isso tudo fica sob a responsabilidade de uma única pessoa, sabe, seja ela interventor, liquidante ou o que seja. Ele é o único responsável civil e criminalmente por tudo. O Banco Central não sofre nada com isso. Ele não tem qualquer tipo de problema. Quem sofre tudo é a pessoa que ele nomeia. Então, você passa a ser uma pessoa extremamente “capacitada” — entre aspas. Eu não sei até que ponto a capacidade da gente chega para resolver o problema, mas até que sete meses foram pouco. Eu achei que foi razoável, porque é muito difícil, muito difícil, primeiro você levantar todos os problemas, a gama de



possíveis falhas e irregularidades encontradas ao longo disso tudo, o relacionamento entre elas muito estreito, entende? Eu acho que o relacionamento entre instituições, quando faz parte do mesmo conglomerado, tem que ser muito estreito. Às vezes, a gente pensa que é promíscuo. Mas não chega a ser promíscuo, porque tem que ser mesmo. É tudo do mesmo dono, do mesmo grupo, entende? Agora, quando se trata de instituição, às vezes pode ser promíscuo, mas entre elas em si, entende, tem que haver um estreitamento muito grande. Eu acho... Eu não lidei diretamente, eu não fiz parte de Comissão de Inquérito, porque não era o meu caso. Eu era interventor. Agora, convivíamos. Temos que conviver com a Comissão de Inquérito e atender a tudo que ela precisa. E, por dever de ofício, nós temos que comunicar à Comissão de Inquérito tudo aquilo que nós julgamos que possa ter vícios, ter erros, ter omissões, ter ilegalidades. À Comissão de Inquérito nós temos que comunicar e isso foi feito não só por mim, como os outros também fazem normalmente isso. Até que foi razoável sete meses.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Essas operações que o senhor — não vou chamar de fraudulentas, eu não sei se houve fraude ou não —... O senhor mesmo tomou o cuidado, no começo, de exatamente não se manifestar sobre questões de ordem criminal. Mas operações irregulares que não batiam com as determinações legais ou não batiam com as determinações normativas do Banco Central, deu para perceber a existência de alguma coisa nessa direção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Deu. Claro, claro. Tinham as infiltrações e essas foram comunicadas à Comissão de Inquérito e estão aí revendo o processo na Justiça. Têm os processos na Justiça. Eu não sei a quantas andam hoje, porque estou afastado desde 1996, eu acho. Mas ele deve ter aí em



volta de si uns... Talvez a instituição que tenha mais processos na Justiça seja o Econômico, deve ter mais de vinte processos na Justiça. Parece que foi condenado aí um ou dois, não sei se já foi, se é verdade.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O senhor lembra alguma importante dessas? A mais importante que a sua memória consiga lembrar ou pelo menos foi considerada irregular pelo senhor?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu lembro de "n" operações que estavam já jogadas como prejuízo e que causavam grandes problemas ao banco, porque elas estavam congeladas. Quer dizer, era difícil a gente entender como aquele montante de recursos tinha sido direcionado para aquelas empresas, você está entendendo? Mas, em compensação, tinha uma larga quantidade de recursos também congelada com créditos contra o Tesouro Nacional, você está entendendo?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Congelada quer dizer em provisão?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Estava congelada quer dizer que não tinha possibilidade de ser recebida do Governo, porque o Governo também é muito difícil dele gostar de pagar. Ele não gosta de pagar, o Governo, também. Ele tem esse péssimo defeito de não gostar de honrar as suas dívidas. Então, fica difícil dizer assim... Eu acho melhor não citar. Ele tinha operações com o setor privado que foram feitas erroneamente, acho que de uma maneira temerária mesmo ele deferiu o crédito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Temerárias ou irregulares?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – As duas coisas: temerárias e irregulares, porque você concentrar muito recurso... Eu, por exemplo, sou funcionário aposentado e todo mundo sabe o quanto eu ganho. Se uma instituição depositar, deferir muito crédito para mim, ela está correndo risco. Ela só pode ir até um limite pelo que eu ganho — e eu comprovo quanto eu ganho. Então, além disso, a gestão passa a ser irregular, temerária, tem uma porção de coisas envolvidas aí que muitas instituições praticam e sofrem com isso, entende? Então, as duas coisas podem ser ditas e é muito fácil... Temerária é fácil de dizer, porque eu não estou dizendo que a pessoa seja desonesta ou honesta — não cabe a mim dizer se alguém é honesto ou desonesto —, mas é temerária qualquer tipo de atitude que você tome quando você está exercendo qualquer função, seja pública ou privada, que você extrapola o que você pode fazer, você passa a agir de maneira temerária. Isso em qualquer ramo de atividade que você exerça.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Foi apurada alguma coisa sobre evasão de divisas?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não sei se foi apurado. Agora, tudo aquilo que nós julgamos que poderia haver indícios disso, nós comunicamos à Comissão de Inquérito. Não só eu, como posteriormente as outras pessoas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – À Comissão de Inquérito? Não ao Ministério Público?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, porque o nosso relacionamento é com a Comissão de Inquérito. Ele primeiro teria que apurar... Ele que faria melhor, teria muito mais condições, do ponto de vista jurídico e



administrativo, do que um interventor, um liquidante. O nosso relacionamento com a Justiça é uma linha assim muito... mais ou menos definida. Como nós estávamos conversando ainda agora, a gente primeiro encaminharia... A não ser que atos posteriores, entende, ao encerramento da Comissão de Inquérito ou fatos que fossem apurados, aí sim encaminharíamos diretamente ao Ministério Público, porque não teria mais uma Comissão de Inquérito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Numa ação penal em andamento, em curso, o Banco Econômico injetou recursos em empresas não-financeiras do próprio grupo, tendo creditado à Promotora Econômica Consultoria e Vendas Ltda. a importância de 270 milhões a título de aquisição de ações emitidas pelo Econômico Empreendimentos. A contabilização dessa operação deu-se no dia da intervenção, dia 18/08/95. Eu perguntaria da sua atitude em relação a isso. O senhor não teria a possibilidade de fazer cancelamento, como interventor, dessa ação feita no último dia, no dia da intervenção, aliás?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, porque preferiam...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – No dia 11/08/95, dia da intervenção.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Era preferível deixar o fato em si consumado e comunicar as possíveis irregularidades que fossem daí ter advindo do que desfazer o que foi feito. No meu ponto de vista, eu acho que foi melhor assim e comunicar tudo à Comissão de Inquérito, para que ela apurasse devidamente os fatos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E o que ela apurou em relação a isso?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O que ela apurou eu não sei, porque eu não fiquei até o final da... Eu só fiquei até o momento em que o Banco Central disse que tinha feito um acordo. Aí eu pedi demissão, não quis mais ficar. Mas ela prosseguiu, a Comissão de Inquérito, ainda.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Até o momento da suspensão da intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Eu fiquei até o momento em que ... Eu estava olhando a televisão e vi um monte de gente do Banco Central dizendo que tinha sido feito um acordo e, como eu era o maior interessado nisso, eu disse: "Já que eu não fui consultado, eu vou cair fora".

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - Com o Excel?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu gostaria... Um momento, Deputado. Isso se deu quantos dias antes da transferência para o Excel, a sua saída do banco?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA –Praticamente no mesmo dia que eles anunciaram, que a Diretoria anunciou.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – No mesmo dia?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Quer dizer, no dia que foi anunciada a transferência para o Excel é que o senhor deixou?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Foi anunciado que tinha sido feito um acordo com o Excel. Aí eu preferi sair, porque...



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas o senhor sairia mesmo?

Feito o acordo com o Excel, o senhor sairia do mesmo jeito?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, sairia porque terminaria, entregaria para o Excel, entende? Eu não queria ficar como liquidante, porque eu nunca gostei da função. Eu sairia de qualquer jeito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ah, sim. O senhor saiu, então, no momento em que ele entrou em liquidação?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Eu saí no momento em que o Banco Central anunciou o acordo. Uma coisa é você dizer assim: “Eu fiz um acordo”. Aí eu digo: “Boa sorte. Então, eu saio. Boa sorte com o acordo. Eu não assino o acordo”. Pronto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O senhor saiu, pelo que eu tenho aqui, no dia 10 de janeiro de 96, quando o Dr. Flávio Cunha passou a ser o interventor.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E a data da transferência para o Excel, que dia foi? Eu não tenho aqui.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Aí o Flávio vai depois dizer. Ele deve saber.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas então não foi na mesma data? O senhor saiu um pouco antes?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Eu não assinei, e pronto, o acordo. Porque quem teria que assinar o acordo é o interventor. Porque, se não, o Banco Central... É o que eu digo. O Banco Central tem poder para tudo,



menos para certas coisas: assumir minhas responsabilidades civis e criminais. Ele não assume. Então, eu não assumo as dele. Ora, o problema é dele; do Banco Central. Se ele achou que aquele acordo era bom, então pronto. Entreguei para ele: “Faça como você achar melhor”.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Essa sua posição é porque o senhor não achou o acordo bom?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não. Eu não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O senhor tinha alguma proposta feita, alguma outra proposta?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Veja você. Não é a questão de não... É que tem várias coisas envolvidas. Primeiro, quando a pessoa me nomeia para alguma coisa, eu sei os limites dos meus direitos. A partir dali, eu estou invadindo os dos outros. É o limite da liberdade individual em função da ordem pública. É uma coisa mais ou menos assim. Se você extrapolar seu limite de liberdade, você está avançando no do vizinho. E o meu vizinho era o seguinte. O Banco Central era... era o poder. A partir do momento que ele me nomeou, ele passou a dividir o poder comigo, você está entendendo? Por quê? Porque ele não responde civil e criminalmente por nada, entende? Ele, para fazer um acordo, ele teria que ter perguntado para mim: “Você aceita este acordo?” Eu até que aceitaria, mas desde que eu dissesse assim: “Eu não gosto do “a”, do “b”, do “c”...” Quer dizer, de alguma coisa, ou então eu aceito tudo. Aí é uma história.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O senhor não tinha...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Agora você me avisa por televisão, ali, todo mundo bonito na televisão, que foi feito um acordo. Isso para mim



não serve. Eu não sou uma pessoa assim. Eu não gosto disso. Eu não faço isso nem com meus filhos, nem com minha mulher e não gosto que façam comigo. Só isso. Então, ele pegou lá, ele teve sucesso, vendeu para o Excel. Saiu um pouco cara a brincadeira, mas tudo bem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Quando o senhor usa essa expressão “saiu um pouco cara a brincadeira”, o que o senhor quer dizer com isso?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque dois anos depois o Excel quebrou.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Então, o senhor tinha uma opinião contra o Excel? A sua opinião era contrária?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Contra, não; a favor. Porque nesse negócio de negociação é muito fácil você, chega um banco estrangeiro, chega um banco brasileiro, e querer comprar. Aí eles começam a falar por tudo quanto é jornal e a imprensa gosta, se presta a isso de uma maneira estúpida. A imprensa é estúpida, quando ela se presta a isso. Ela faz um desserviço, quando você está num processo difícil desses... Eu tenho grandes amigos na imprensa. Estou falando isso, mas ela se presta muito a isso. Porque ela tem que vender jornal, então ela gosta de fazer isso. Então, você tem idéias próprias. É o que eu estou dizendo. Quando você nomeia uma pessoa, seja ela quem for, para alguma coisa, é porque a pessoa tem um mínimo de condições de ser aquilo que ela foi nomeada, não é verdade? Agora, a partir do momento em que você diz assim: “Olha, eu fiz”... “Ei, o direito de fazer é meu. Aquele direito é meu. Eu que tenho o direito de negociar”. Eu não abri mão do meu direito de negociar e estava negociando com as instituições, uma chateação imensa, porque são chatos mesmo



para fazer negócios. Eles são extremamente... Pode ser qualquer banco, qualquer instituição, que tamanho for, eles são difíceis de negociar, porque eles querem vantagem em tudo, porque eles são... Eles são aquilo mesmo, eles têm vantagem em tudo, entende? Então, chega aquele que devia estar ao meu lado e diz assim: "Eu fiz o acordo." Então faça.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Dr. Francisco, vou voltar àquela questão da injeção de recursos no grupo, que foi creditado à Promotora Econômico Consultoria, 270 milhões. O senhor disse que comunicou à Comissão de Inquérito. Mas a comissão de inquérito é uma comissão de inquérito, ela não tem poderes de gestão, ela não tem nenhum poder de ação. O senhor era o comandante.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O interventor era o comandante. O senhor achou que não era correto, portanto, fazer essa reversão; ou não era mais possível fazê-la?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Eu tomei a atitude... Inclusive, eu fechei a compensação. Ela foi... Foi um problema sério, foi uma briga muito grande de estornar a compensação daquela dia ou não estornar a compensação daquele dia. Eu fui até o fim, e pronto. Assumi aquilo. Aquilo... Ficou naquilo o prejuízo. Aumentou o prejuízo da instituição, eu sei, mas tinha que ser feito; tomada uma atitude. E eu tomei uma atitude.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O senhor não conseguiu reverter a compensação? Foi isso o que eu entendi?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Eu até conseguiria, mas eu honrei a compensação. Pronto. Foi uma atitude que eu tomei, e acabou. Pronto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Foi uma decisão profissional? O senhor achava que tinha que honrar...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Tinha de honrar...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – ... um ato feito anteriormente à sua presença lá? É isso que eu posso entender?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Muito bem.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Então, eu tomei a atitude e acabou. Pronto. Eu tinha que tomar uma atitude e só quem podia tomar era eu, porque eu era o único ali. A gente fica sozinho no mundo. Pode ser o tamanho que for a instituição, sabe, você fica sozinho no mundo. Fica igual ao homem nu, do Veríssimo. Você está ali e tem que tomar as atitudes. Então, pronto, eu tomei. E foi ótimo. Não me arrependo, não.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Houve, por acaso, em janeiro de 96, uma proposta para a reestruturação do Econômico, feita pelo senhor?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Houve.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Como é que seria isso, para se ter idéia?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não estou lembrado agora, mas está tudo escrito dentro do meu relatório. Se os senhores quiserem, depois eu mando a carta que eu mandei para o Banco Central propondo isso.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu gostaria, independentemente da sua explicação aqui, ao microfone.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu achei que poderia ser revertido o processo, mas o Banco Central achou que não. Pronto. É uma atitude. São atitudes de comum acordo, sabe? De comum acordo que eu quero dizer é: eu proponho e ele não aceita. Pronto. Está ótimo. Não é? Entende? Não é nada feito sem...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O senhor tem idéia mais ou menos do que era a sua proposta; como é que ela “factibilizava”; como é que era factível isso?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu confesso ao senhor que eu preferia depois então mandar para o senhor isso, para não ter que errar, sabe? Eu prefiro deixar clara a coisa.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – *(Intervenção inaudível.)*

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não lembro; honestamente. Como eu expliquei, quando eu saio, assim, eu me esqueço... Eu me esqueço, não; eu não toco mais nesses assuntos. Sabe? Eu sempre... Minha vida foi assim: aonde eu estive, depois não volto mais. Eu faço questão de não ter mais nada com aquilo que eu fui.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Deu para o senhor perceber no Banco Econômico a existência... Era muita pesada a existência de contratos imobiliários...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Era.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – ... do Banco Econômico, o que levou depois a transformar esses créditos do banco em títulos do FCVC?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. Eram muito... Ele operava muito com isso. Talvez fosse a instituição que mais operava neste País, do ponto de vista, não estou dizendo de volume, mas do ponto de vista de operar efetivamente. Ele operava muito no setor de crédito imobiliário. Ele era muito atuante. Era uma instituição que atuava nisso, muito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O depoente...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Pois não, por favor.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não, por favor. Continue.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu só ia enfatizar que ele realmente operava e ele teve graves problemas por causa disso, porque...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Confirma o que diz o Dr. Calmon de Sá, que realmente eu acho que uma grande... Pelo que eu entendi, uma grande parte do ativo do banco era exatamente FCVC, era PROAGRO, era SUNAMAN, era SIDERBRÁS.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Era.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Era tudo papel governamental? Qual é o percentual desses papéis governamentais no conjunto dos ativos do banco? O senhor tem uma idéia aproximada? Cinquenta por cento, vinte, dez, oitenta? É só para ter uma idéia aproximada, não precisa... Não é um compromisso numérico seu, não.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Algo em torno de... Uns 12% dos ativos.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Doze por cento dos ativos?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Era. Se eu não me engano, algo em torno disso. Um pouco mais, um pouco menos. Era um bocado de dinheiro...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas um percentual de 12% seria suficiente para dar um desequilíbrio ao banco, do ponto de vista do seu patrimônio e tal?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. Se o senhor imaginar que você mantém mais ou menos em caixa algo em torno de 8%, para fazer frente a compromissos inadiáveis... Se você, de repente, falta 12%, você começa a ter problemas, se você tiver uma demanda muito grande em cima do seu caixa. Você não converte aquilo de jeito... Aquilo ali é que você não converte mesmo, porque o Governo não vai pagar nunca aquilo. Assim, ele não vai transformar aquilo para pessoa imediatamente. Não vai. Ele não vai fazer isso, o Governo. O senhor está entendendo? O senhor precisa... O senhor tem uma forte demanda contra o seu caixa; você não consegue transformar aqueles títulos julgados de alta liquidez porque... Eu acho que uma das coisas mais perniciosas que existe é você dizer que títulos federais ou títulos estaduais são moeda podre. Não entra na minha cabeça, você está entendendo? Devia estar todo esse pessoal que é do Governo, seja ele Federal, Municipal ou Estadual, tudo preso, porque eles não pagam dívidas. Não existe, não entra na minha cabeça, de qualquer pessoa civilizada que título federal seja moeda podre. Entende? Como é que pode dizer? Isso é a moeda mais limpa que existe. É o contrário. Eu penso assim. Tem que ser a moeda mais limpa. É título



federal? Representa dívida federal? Tinha que ter liquidez. O Governo paga, tem que pagar. Não pode ser tachada de moeda podre. Eu não consigo atinar com isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Dr. Francisco, o Dr. Calmon de Sá insistiu em dizer aqui que o banco Econômico jamais esteve insolvente. O senhor concorda com essa afirmativa dele?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu não posso concordar. Não, eu não posso concordar com isso. Tanto que ele sofreu intervenção e depois foi liquidado, porque ele tinha um processo, um problema de liquidez muito sério.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ou seja, ele chegou à liquidação exatamente porque não tinha como ser recuperado, porque, se tivesse como ser recuperado, poderia não ter sido liquidado. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – A posição ficou muito exacerbada mesmo e não teve mais condições de... É porque, você num processo desses, além de você ficar parado, você não ter possibilidade de aumentar sua rentabilidade, de fazer dispensas, diminuir seus custos, no processo de intervenção tem esses problemas. Na liquidação é mais rápida a coisa. Mas, num processo de intervenção, você não pode fazer isso rapidamente, entende? Então, o processo você acelerou, o processo de deterioração você acelerou.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O Dr. Calmon de Sá também disse no seu depoimento o seguinte: “O dinheiro que o banco devia era o quê? É saque que houve no banco e que o Banco Central deu em liquidez. E depois nós tínhamos com outros bancos, inclusive, com a Caixa, e que no final a Caixa não deu.



Aí a nossa conta ficou negativa. Portanto, acabou tudo no Banco Central”. Foi assim mesmo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. Aqueles financiamentos são feitos dia a dia. Entende? A partir do momento que você... É uma decisão da outra instituição: “Eu não vou mais pôr o meu dinheiro ali”. É uma decisão que ela toma e pronto. Quando se procura: “Mas você me deu ontem”. “Hoje não dou mais. Acabou”. Entende? Então, a partir do momento em que a Caixa não quis mais financiar, o BRADESCO, o Banco do Brasil, qualquer outra instituição, não quis mais financiar o Econômico, ela não tinha mais condições de cobrir o que ela estava devendo no Banco Central. Então, ficou a descoberto. E, ficando a descoberto, é a condição básica para sofrer qualquer tipo de processo de intervenção no Banco Central. É básico. Você não pode virar uma noite a descoberto. Então, você está com tudo aquilo que se pressupõe que o Banco Central pode intervir tranquilamente ou decretar uma liquidação, uma intervenção ou um regime especial de administração temporária, ou a figura jurídica que seja alvitrada para aquele momento. Mas atingiu todas as condições de sofrer isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O Dr. Calmon também afirma, num certo momento, que o banco foi dado e não receberam nada, o Fundo de Comércio não recebeu nada. “Foi entregue de graça” — é o que ele diz. O senhor entendeu nisso uma operação justa?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Justa. Acho que...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Por que dar de graça é justo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque eu acho que acionista, administrador de instituição que sofre esse tipo de apenação, ou seja, ela



entra num processo de liquidação, ele não tem direito a reclamar mais nada não, porque é a concessão do Poder Público e você leva uma instituição a um estado desses, você tem que ficar satisfeito com o que lhe acontecer e acabou.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Quer dizer, o Estado é que chegou à instituição, segundo o senhor disse, pelo passivo negativo, pelo passivo a descoberto e pela falta de liquidez, pela irresponsabilidade que parece, senão não chegaria a esse fato.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não diria irresponsabilidade, eu diria incompetência mesmo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não lhe daria nenhum direito. Quer dizer, o banco, naquele momento, não valia, não tinha fundo de comércio, não valia nada como banco, como instituição, marca. A sua marca não valia mais nada naquele momento. Qualquer banqueiro que iniciasse um novo banco com um nome qualquer seria melhor ou pelo menos igual do que receber o Banco Econômico zero a zero.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Como eu disse no início, o nome Econômico tinha um peso significativo. Por que ele tinha um peso significativo? Porque é uma instituição fundada lá pelos idos de 1840 ou 1850. É um negócio desses. É a instituição mais antiga da América Latina. Então, ela carregava em si um **goodwill** imensurável. Há de convir isso, como é o **goodwill** do Banco do Brasil. É um banco centenário também. Mas isso não dá o direito de você ser incompetente. Está entendendo? De destruir isso. E, a partir do momento que você tira toda a credibilidade em cima desse nome, não adianta você querer passar a dizer que ficou o Excel usando o nome Econômico. Não importa isso. Isso não quer



dizer nada. Se ficou o Econômico sozinho, eu acho também que continuaria a sofrer um problema, porque não tinha mais... Era irreversível o processo. O nome em si, fantástico. Eu fui trinta anos do Banco Central e sei que o nome Econômico sempre teve um grande atrativo. Mas, a partir do momento em que ele entrou naquele momento de intervenção e outra instituição o comprou, ele teria mais é que trocar de nome mesmo, deixar Excel, ou então deixar como está hoje — HSBC, se não me engano.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - BBV.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – BBV.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – BBV. Então, tem de ficar mesmo BBV e esquece Econômico, porque não vai recuperar mais. O senhor está entendendo? O povo não acredita. Se puser o nome Econômico, não faz sentido mais para o povo, entende? Agora, daí a dizer que ele teria direito a ter alguma coisa, eu acho que se está um pouco duvidando da inteligência da gente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, estou satisfeito nessa fase. Eu tinha várias questões, mas acho que as questões a mais que eu tenho vou dedicar ao Dr. Cunha. Procuro fazer, de forma apropriada, aquelas questões que são para o interventor e depois, separadamente, as questões para o liquidante. São duas situações diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Antes de passar a palavra ao próximo Parlamentar inscrito, quero informar que vamos distribuir depois um trabalho realizado a pedido para Consultoria, com considerações gerais sobre os regimes especiais a que estão sujeitos as instituições financeiras privadas e públicas não federais, com relação ao Regime de Administração Especial Temporária, a



intervenção e a liquidação extrajudicial, inclusive com os poderes dados aos liquidantes e interventores. Da mesma forma, e quebrando um pouco o comportamento que venho adotando na Comissão, ao final, em função de uma série de perguntas já terem sido encaminhadas, mas para que determinados fatos que estão sendo levantados e que constem nos depoimentos, eu também irei proceder a alguns questionamentos. Eu concedo a palavra ao Deputado José Pimentel para sua inquirição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dr. Francisco Flávio, o senhor informa que, quando foi nomeado interventor do Banco Econômico, encontrava-se na direção do BASA, não é isso? Por que o Banco Central resolveu trazer o senhor lá do BASA para ser interventor do Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Talvez porque ele confiasse em mim, porque eu já tinha sido Chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, já tinha sido Chefe do Departamento de Liquidações do Banco Central. Talvez seja por isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Em que época o senhor foi chefe de liquidação do Banco Central? O senhor se lembra?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – De fiscalização?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sim, de fiscalização.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Foi no início da década de 80. Deve ser 82, 83, 84, 85 e 86. Sei que, quando fui Chefe do Departamento de Liquidações, eu encarei COMIND, Auxiliar, Mesonave, aquele outro lá de São Paulo. Foi tudo junto, quando eu fui chefe do Departamento de Liquidações.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas quando o senhor deixou de ser o Chefe de Fiscalização? O senhor lembra em que ano?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Deve ter sido em 84, por aí. Não, mas o seguinte, para ajudar o senhor: naquela época existiam três departamentos de fiscalizações: de grandes instituições financeiras, de médias instituições financeiras e pequenas instituições financeiras e mercado de capitais. Eu era desse último. Eu não peguei Nacional, Econômico, BRADESCO. Era de outra chefia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dr. Francisco Flávio, o senhor informa que a liquidez do Banco Econômico, quando o senhor interveio, no dia 11 de agosto, era a pior possível. Em que o senhor baseia essa afirmação?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Era a pior possível porque o sistema já estava sofrendo com o advento do Plano Real, a capacidade deles de gerarem receitas estava extremamente diminuída. Por quê? Como eu disse, o processo inflacionário, ele é extremamente penoso para as classes mais pobres e extremamente benéfico para as classes mais altas. Ele concentra muita riqueza. Então, os bancos estavam vivendo muito desse processo. Já estavam preparados a ganhar muita receita dentro do processo inflacionário. A partir do momento em que o Governo faz um plano que deu uma estabilidade à moeda — e vem mantendo esse plano até hoje —, as instituições sofreram, como todos os segmentos da economia. Toda a economia sofreu como um todo, mas as instituições financeiras mais sofreram com isso. Por quê? Porque a instituição financeira é a única empresa no mundo que lida com o bem mais escasso que existe, que é o dinheiro. Ela lida com o bem mais escasso. Então, a capacidade de



ela gerar receita com esse bem escasso estava muito minimizada, por causa do processo que desestruturou a todos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dr. Francisco Salles, no dia 11 de agosto, qual era o montante de socorro do BACEN, através do redesconto, ao Banco Econômico? O senhor lembra?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mais ou menos, mas eu acho que deveria ser em torno de dois bilhões, um pouco mais, um pouco menos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dois bilhões, novecentos e setenta e cinco milhões, Dr. Francisco. Um bilhão, que o senhor está encontrando a diferença.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mesmo assim, com um rombo deste tamanho, o senhor resolveu honrar a compensação naquele dia?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim, claro! Qual é o problema disso? Nenhum.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O problema, Dr. Francisco...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O problema é que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - ...é que aquelas perguntas que o Sr. Relator fez sobre operação de transferência dos recursos foi nesse bojo, é só esse o problema.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não. Não, não tem nada a ver.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O pequeno probleminha que tem.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não teve nada a ver. Espera aí, ele estava falando de ações. Ele estava falando de ações,



transferências de ações entre grupos, empresas ligadas. Não tem nada a ver com compensação. O senhor se confundiu um pouco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Só que as operações transitam. Mas já que o senhor acha que não tem, o relatório final da Comissão de Inquérito do...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Tem problema, tem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Ah, tem? Tinha problema então.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Tem. Honrei, mas eu sei que o problema... Eu aumentei o problema. Se o buraco era "x", ficou "x" mais um pouquinho. Só isso, a diferença.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – E esse "x" mais um pouquinho representou quanto?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, agora o senhor me pegou. Eu não lembro, mas foi uma quantia boa de dinheiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - O que é que o senhor chama de mais um pouquinho, para eu ter uma noção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA - É porque, o senhor vê, tinha dois bilhões...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dois, novecentos e setenta e cinco.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Dois, novecentos e setenta de problema, de buraco. Então, eu chego e honro a compensação, deve ser mais ou menos uns 100 milhões a compensação. Aumentei esse pouco, pronto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Cem milhões.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Aumentei o prejuízo, que deveria ser imputado à administração do Sr. Ângelo Calmon de Sá. É isso, eu



aumentei o prejuízo que deve ser imputado a ele, ele que causou isso, não fui eu. Tem que ver a diferença, é isso. O senhor fez de uma maneira como se eu me sentisse culpado. Não, eu fiz o correto, eu aumentei a capacidade dele de ser punido. Pronto, só isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Então, o senhor entende que essa ação do senhor contribuiu para aumentar a punição sobre o Sr. Ângelo Calmon de Sá e a direção do banco?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso, isso. O problema que ele criou foi maior um pouquinho, por causa dessa compensação. Além do que muitas pessoas dependiam do resultado dos saques, dos pagamentos, de coisas que existiam naquele dia e que, se eu não honrasse, ficava mais tumultuado o mercado, e o mercado já estava tumultuado. E tanto estava tumultuado que outras instituições grandes entraram no processo. BAMERINDUS, BANORTE, Mercantil de Pernambuco, Nacional, entraram no processo. O Banco Central teve que fazer uma liberação de compulsório muito grande para estabilizar o sistema. Isso tudo aconteceu por causa dessa brincadeira chamada Econômico.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Vou só lembrar para o senhor que o BAMERINDUS recebeu outra tratativa. Nós temos muitos dados sobre isso. Não coloque o BAMERINDUS nesse bloco, não, porque é outro tratamento.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Está bem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Mas só para lembrar um pouco o senhor, que é de carreira do Banco Central, em 1989 os relatórios do BACEN já identificavam manipulação do balanço do Econômico. Nós temos a cópia dos relatórios. Em 1990, auditores do BACEN já propunham a gestão especial para



aquele banco. Em 1993, os auditores do BACEN voltam a reafirmar a necessidade de uma gestão especial por conta de manipulação do balanço, que apontava, naquela altura, algo em torno de três bilhões. Em 1994, novamente, os auditores do BACEN voltam a colocar isso. Em dezembro de 94, começaram os socorros dos descontos: 230, chegando a 2.975. Mesmo assim, o senhor ainda entende que tudo isso é resultado da inflação nesse periodozinho aí de agosto, quando o senhor disse que trouxe toda essa crise para o sistema financeiro, ou é manipulação de balanço ao longo da história do banco — o senhor, como auditor do banco?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não é manipulação de balanço. Uma coisa é você... Vamos dizer assim, manipulação de balanço, isso é...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Por parte da direção do banco. É isso mesmo.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. O banco demonstrava a sua situação, entende? Manipulação houve em outro caso. No caso do Econômico...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – É o Nacional que o senhor está querendo... Houve manipulação depois que as investigações fizeram, até por ação. Até ali, o Banco Central não conseguia ver.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – No caso do Econômico, não houve manipulação, porque estava tudo lá — entende? —, todas as operações malfeitas, perdidas, provisionadas ou não. Estava tudo lá. E todo mundo sabia.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Por que é que o Banco Central não agiu, se estava tudo explícito assim, como o senhor chega a declarar de que não era manipulação de balanço, mas sim... Omissão do Banco Central, então?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, omissão não, porque o Banco Central fez muitas tratativas com o Econômico no sentido de recapitalizá-lo, de vendê-lo. Mas o processo não é resolvido. É uma instituição extremamente — como é que eu posso dizer? —, ela tem um patrimônio muito alto do ponto de vista de negociação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – No Banco econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, entende, do valor que ela tinha era muito alto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Um valor muito alto ou muito peso na política brasileira, considerado político-brasileiro?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não entendo esse negócio desse mérito de política, não. Estou tentando mostrar para o... Estou tentando mostrar para o senhor...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O senhor diz que todo esse pessoal do Governo deveria estar preso, porque não honra seus compromissos. Essa é uma avaliação política. E neste caso aqui...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não tem avaliação política, não. Tem uma Lei de Responsabilidade Civil, que foi feita agora, que demonstra claramente que eu estou certo, como sempre, ser certo, fica danado da vida com o Governo, com isso, por causa disso.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Essa mesma lei diz que o Banco Central tem que agir nessa situação.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim, então, tem que ser cobrado do Banco Central, porque que ele não agiu em cima do Nacional, do Econômico. Não, ele agiu no Econômico naquele momento, foi o momento que ele achou certo. Agora, porque que ele não fez antes, eu não posso entrar na cabeça, eu não tinha esse poder, eu nunca tive esse poder de tomar essa decisão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Não cabia ao senhor.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas cabia a outros dirigentes do Banco Central?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Claro, à Diretoria do Banco, à Diretoria do Banco, porque quando você é chefe de departamento, você propõe as coisas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O senhor poderia nominar quem era Diretoria nessa época, que deveria ter tomado essa decisão?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não consigo, eu não consigo ir mais. Diretores que eu posso lembrar assim, teve Tupi, Iran, teve Sérgio Iudícibus, teve “n” pessoas que foram diretores do Banco Central na área de fiscalização; Mauch, agora, Tereza Grossi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Não, estou me referindo ao Banco Econômico, não estou discutindo...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O Banco Econômico, na época, em 1995, o Banco Central tomou uma atitude. Se ele não tomou antes, aí eu



não sei explicar porque que não. Eu não sei. Talvez não fosse o caso de naquele momento intervir ou decretar liquidação naquele momento. Tanto é verdade que eu acho que no ano anterior, 94, 93, ele teve ótimos resultados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Não é isso que diz o relatório do Banco Central. Diz outra coisa.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque apropriou coisa que não deveria ter apropriado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Então, o senhor considera um ótimo balanço e esse balanço não era manipulado?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu não disse ótimo balanço, disse ótimos resultados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – E ótimos resultados está expresso em quê?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Está expresso num balanço, mas o balanço necessariamente, se você analisar o balanço, você pode tirar “n” coisas do balanço e você diz: “Isto não é verdade”. Entendeu o que quis dizer? Se você sabe como é formado cada um daqueles itens que compõem o balanço da empresa, você pode escamotear uma porção de coisas e dizer: “Esse balanço não é verdadeiro”.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – E quando um balanço não é verdadeiro, ele é o quê?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Fraudulento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Fraudulento. Então, o Banco Econômico fraudava o balanço?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não digo isso, não sei se é verdade isso, porque eu não estou...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Se o senhor está dizendo que em 92/93 o banco apresentou ótimos resultados...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu não fui preciso como o senhor. Estou dando uma explicação para o senhor em tese.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas aqui o senhor está depondo.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu estou depondo, mas estou depondo sobre o PROER.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sobre o PROER, não. Sobre falência de banco.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O PROER é exatamente isto.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Francisco Flávio...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Fui chamado aqui como testemunha sobre o PROER.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – E o que foi o PROER no Banco Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O PROER foi um programa feito pelo Governo brasileiro para resolver um problema de mercado extremamente grave naquele momento e que foi certo.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O PROER foi feito através de uma resolução do Banco Central, 2.208, de 3 de novembro de 95, pela Direção do Banco Central, sem passar por esta Casa, nem pelo Governo Federal. Só para lembrar.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas deve ter passado pelo Conselho Monetário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – De forma... É uma resolução do Banco Central do dia 3 de novembro de 1995, nº 2.208.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Se é resolução, não é do Banco Central.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – É resolução do Banco Central.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Se é resolução, não é do Banco Central, é do Conselho Monetário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – É do Conselho Monetário, mas não passou por esta Casa.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É um poder que tem lá em cima, dentro da hierarquia, que pode tomar essa atitude.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – A Santíssima Trindade, são os três.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso, a Santíssima Trindade, exatamente, são os três.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dr. Francisco Flávio, o relatório final da Comissão de Inquérito do BACEN revela que o Banco Econômico concedeu empréstimos e adiantamentos a empresas coligadas, concedeu empréstimos para empresas ligadas com sede no exterior, particularmente à Light Leasing, à Light Investment, a primeira nas Ilhas Caymans, a segunda, no paraíso fiscal das Ilhas



Virgens britânicas. O senhor chegou a identificar o montante desses recursos, já que o senhor foi interventor no dia 11 de agosto?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Durante o meu período, sim. Eu não lembro quanto, mas isso foi apurado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas identificou.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Identifiquei.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Nessas operações, teve a evasão fiscal?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que havia indício, mas se houve, eu não sei como é que ficou depois. E se houve indícios, eu comuniquei à Comissão de Inquérito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O senhor comunicou à Comissão de Inquérito. Aparentemente, como V.Sa. colocou aqui os balanços de 92 e 93, que através de uma forma engenhosa apresentava lucros significativos, mas que na verdade, com olho mais acurado eram balanços fraudulentos, foram lucros irreais por meio de arranjos contábeis, que simulavam ganhos financeiros. V.Sa. confirma que os balanços do Econômico não estavam espelhando a real situação financeira daquela instituição?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Na data da intervenção, sim, ele tinha um passivo a descoberto muito elevado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Então, não espelhava?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não espelhava. Foram feitas todas as provisões, foram feitos todos os acertos, e foi trazido o balanço a uma realidade, que mostrou um passivo a descoberto.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O relatório do Swiss Bank sobre o Econômico encomendado pelo Banco Central afirma que a deterioração financeira da instituição ocorreu graças à omissão das autoridades que deveriam fiscalizá-lo. V.Sa. concorda com a afirmação desse relatório? O senhor conhece esse relatório?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu concordo em parte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O senhor conhece o relatório?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, esse não, do Swiss Bank, mas eu acho que há falhas na fiscalização, há falhas na fiscalização. E eu acho que, por exemplo, o que aconteceu com o Nacional foi uma coisa difícil de ser explicada. Se...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – E o caso do Banco Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O caso do Banco Econômico ela era toda explicada. Tem explicação para toda ela, porque ela era sabida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Era do conhecimento do Banco Central?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Era do conhecimento, porque os números nunca foram sonegados. Por exemplo, no caso do Nacional, houve uma sonegação muito grande e aí houve uma falha muito séria por parte da fiscalização do Banco Central. Mas no caso do Econômico, não, porque ele era acompanhado, sabia-se que ele tinha uma gama de operações muito grandes, malfeitas, que não geraram qualquer tipo de benefício, geraram prejuízo, essas coisas todas. Enfim, uma quantidade muito grande de títulos federais também que não deram o retorno esperado e coisas desse tipo. Mas estava lá escrito, não havia



sonegação da informação. Talvez, o Banco Central tenha contemporizado nas negociações. As instituições... É o que eu disse, as instituições são muito engraçadas, elas vão para negociar, fazem aquele alvoroço todo, a imprensa noticia que "a", "b", "c", "d", "e", "f", estão interessados e fica aquela expectativa, e a coisa vai-se alongando; depois demora muito tempo, aí, quando, quatro, cinco meses para tomar uma decisão e não se toma. Aí, o que que acontece? A empresa já está mais deteriorada. Então, tem que entrar no processo. Diz: "Poxa, mas devia ter tomada há seis meses, oito meses, doze meses atrás." Não, não foi negligência do banco, é que houve um processo de negociação que não levou a nada, esse que é o problema. E é preferível mil vezes você tentar negociar uma instituição do que jogá-la logo num processo liquidatório, porque o trauma é muito grande, os prejuízos são muito grandes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Embora, no caso, ele começou em 1989, a intervenção foi 11 de agosto de 1995, seis anos depois, um prazo razoável. Dr. Francisco Flávio, quando o senhor fazia abordagem sobre a venda do Banco Econômico a Excel, o senhor afirma que essa brincadeira saiu um pouco cara. De acordo com o balanço do BACEN, em 30/6/2001, o saldo da dívida do Banco Econômico junto ao BACEN corresponde a 5,9 bilhões de reais; referente ao PROER, 2,7; referente à reserva bancária, aliás, 5,9 referente ao PROER e 2,7 à reserva bancária, totalizando 8,6 bilhões de reais, e que o banco provisionou um bilhão como prejuízo no balanço do BACEN de 30 /6/2001. Por outro lado, a massa do Econômico amortizou 1,3 bilhões. Como foi gerado esse saldo devedor de reserva bancária de 2,7 bilhões? O senhor pode nos informar?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Primeiro, ele se socorria no mercado a valores que deviam chegar em torno de 1 bilhão e 900, mais ou menos. Ele vinha se financiando no mercado algo em torno disso, diariamente. Na véspera, quando as instituições que financiavam o Banco Econômico retiraram o seu financiamento, o que que aconteceu? Além de ele não ter esses recursos, os saques em cima deles permaneceram os mesmos. Entende o que eu quero dizer? Então, aumentou a necessidade de caixa dele, porque você vem num processo de se autofinanciar, algo em torno de um bilhão e tanto, 1 bilhão e 900, quase 2 bilhões, diariamente, você tira esse financiamento e você ainda sai nos jornais que ele vai quebrar? “Olha, eu vou intervir nele”, a empresa dizendo que o Banco Central vai intervir nele. Então, a corrida foi maior. Então, deve chegar, aí, ele já chegou à posição, os saques suplantaram 1 bilhão e 900 e foi muito mais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Então, nós podemos afirmar que esse débito proveio de empréstimo interbancário?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, ele era financiado através do interbancário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Interbancário.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Interbancário. Financiado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Foi transferido, então, para o BACEN?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas, ele era financiado, porque ele não tinha capacidade mais de captar de outra forma. Ele estava numa posição bem enfraquecida perante o público. Era uma instituição que você não



acreditava nela, ela estava denegrida, estava... dia a dia ela estava se deteriorando, por quê? Porque dia a dia os depositantes estavam retirando mais dinheiro, sejam depositantes à vista, sejam depositantes a prazo, sejam aplicadores, pessoas físicas, jurídicas, estavam retirando os seus recursos. E ele estava conseguindo se financiar junto ao interbancário. A partir do momento em que os bancos disseram “Eu também não financio mais, por que motivo?” aí, todo mundo correu em cima.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas Dr. Francisco Flávio, todos nós sabemos que ele vem do interbancário. Até aqui nós temos acordo. Por que ele não foi transferido para a massa do Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque o furo de caixa dele, prejuízo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – E ele transfere para o BACEN?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não foi transferido para o BACEN.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas está no balanço do BACEN.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Então? Mas o BACEN é que é o privilegiado, ele vai receber isso, ele tem suas garantias, ele tem suas garantias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Ele foi transferido.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, ele ficou. O Banco Central ficou, ele não estava transferido, ele já tinha esse problema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas se transferisse para março...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Estava transferido. Essa posição, ele era devedor do Banco Central, ele tinha as garantias junto ao Banco



Central. Ele devia 1 bilhão e 900, ele tinha 2 bilhões e 500, mais ou menos, de garantia. O Banco Central tem as garantias. O Banco Central não dá dinheiro para ninguém de graça. De graça não tem jeito. Ele não dá dinheiro para nenhuma instituição financeira neste País de graça. Ele, mais ou menos, é em torno de 120 a 130% o volume das garantias que ele exige.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Se essa afirmação é verdadeira, por que no balanço de 30/6/2001 o Banco Central aprovisionou um bilhão como prejuízo dessa operação com o Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu desconheço. Honestamente, eu não posso responder. Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Seria interessante o senhor ler o balanço do Banco Central...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – ... de 30/6/2001, porque estamos discutindo o PROER. Isso aqui é PROER.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas o PROER, eu acho que a tendência dele é ser superavitário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Nós temos auditorias, Dr. Francisco Flávio, sobre isso já...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – A tendência é essa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - ... que demonstram outra coisa.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – A tendência é essa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Nós temos auditoria já sobre isso.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, tudo bem. Eu não estou acompanhando nada do Banco Central, porque eu me aposentei em 93.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – O senhor sabe informar de onde veio esse 1,3 bilhões que o Econômico pagou ao BACEN?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Agora, o senhor me pegou, porque eu não estou a par, Deputado. Quem pode esclarecer isso melhor, depois, é o Flávio, que ficou lá, depois.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Eu deixo para o Flávio, então.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ele pode... Ele pode... Quando eu saí, ainda eram todas posições deficitárias. Elas estavam a descoberto, estava havendo pagamentos, essas coisas todas. Mas deve ser a realização de ativos, da massa que o Banco Central, como ele é privilegiado, ele vai se apropriando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dr. Francisco Flávio, uma significativa parcela das garantias prestadas pelo Econômico junto ao PROER, no valor de 2,8 bilhões, refere-se a ativo da dívida externa. O senhor confirma esse valor?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não confirmo, porque eu não estou a par. O que eu sei é que foram trocados por NTNs cambiais, e elas têm um valor bastante elevado hoje.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Nível 3, não é isso?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. É por isso que estou dizendo que deve haver um resultado positivo com relação ao PROER, porque há uma valorização muito grande dessas NTNs cambiais que foram dadas em garantia.



O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Esses títulos eram de titularidade do Banco Econômico, ou foram adquiridos depois da intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não sei explicar agora como foi feita a troca, mas o Flávio pode explicar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Não, estou falando sobre aquisição de títulos.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Pois, é, pois, é. A troca, quando eu digo, é como foram adquiridas e de que forma foram trocadas. Eu não pude explicar isso agora para o senhor. Talvez o Flávio tenha melhores condições de dizer isso para o senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Isso foi feito depois que o senhor deixou o Econômico ou no mesmo período?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não lembro agora como é que foi feito. Eu não estou a par. Não estou conseguindo lembrar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas um montante de 2,8 bilhões de reais, o senhor como interventor, não conseguiu identificar a existência desse crédito?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, espera aí, o que que o senhor quis dizer com a pergunta?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Eu estou perguntando se o senhor confirma ou não a existência dessa operação?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Qual operação?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dos títulos de 2,8... no valor de 2,8 bilhões que foram dados.... se eram títulos pertencentes ao Banco Econômico,



inicialmente em moeda externa e transformada em Notas do Tesouro Nacional. É isso que eu estou perguntando.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Forçosamente, eram títulos pertencentes ao Econômico.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Ao Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Claro, senão, como é que o Banco Central ia trocar por NTN?

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Então, esses títulos, eles já existiam no dia da intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Já existiam, já existiam, eram... Se não me engano, eram **breeds**.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Eram **breeds** mesmo.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Se não me engano, eram **breeds**.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – *(Ininteligível)*

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Acho que eram **breeds**, que foram trocados por NTNs, porque eram títulos com prazo mais curto, trocou-se por título de prazo mais longo, então ficou melhor, a relação de custo ficou muito melhor para a massa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – E nessa situação, o PROER liberou recursos ao Econômico, recebendo como garantia esses papéis?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Essa foi a transação?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, eu acho que sim, porque eu não estava mais; quando foi feito o PROER eu já não estava mais, eu tinha saído.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Foi posterior?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, foi posteriormente. Mas acredito que tenha sido isso, porque o PROER, quer queira, quer não — eu acho que nós estamos divergindo um pouco por causa disso — eu acho que ele vai ser superavitário, ou, senão, vai empatar, não vai ter um prejuízo assim, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Eu vou dar alguns dados para o senhor lembrar. O PROER tem uma série de operações que vai dar prejuízo em torno de 29 bilhões de reais ao Tesouro Nacional. As auditorias todas estão bastante adiantadas já sobre isso.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, isso é se eu pegar todas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Os sete, os sete bancos que foram...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não por causa do Econômico.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dos sete bancos, três...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque acho que o que foi dado ao Econômico, praticamente, ele vai empatar, ele não vai ser o causador desse problema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dos sete bancos, três deles ficaram com algo em torno de 80% dos recursos do PROER.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não, está tudo bem. Então, eu concordo com o senhor. Os sete bancos eu acho que vai causar um buraco muito grande. Agora, o Econômico em si, eu acho que basicamente ele empata, ele não vai dar esse prejuízo, ele não vai concorrer para esse prejuízo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Qual foi o principal ponto de discórdia entre o acordo do Econômico com Excel que levou o senhor a deixar a intervenção do Banco, a renunciar como interventor?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu me senti marido traído. É isso. Eu que teria responsabilidade de assinar, não participei. Eu participei desde o início e, de repente, foi feito um acordo sem que eu saiba... sem que eu soubesse que tinha sido feito o acordo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Quando o senhor encaminhou a correspondência à Direção do Banco Central, dizendo que era possível suspender a intervenção no Econômico, o senhor se baseava em quê para fundamentar aquela correspondência?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Algumas instituições que manifestaram interesse em comprar, inclusive bancos estrangeiros.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Era possível o senhor detalhar um pouco essa transação? O senhor lembra?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Basicamente, o que eu queria dessas instituições com as quais eu estava negociando — eram mais ou menos seis ou sete instituições, sendo duas ou três estrangeiras —, o básico que eu queria, afora possível existência de um projeto como esse do PROER, que pudesse financiar a operação, eu queria que, basicamente, que a cada, por exemplo, um real,



25 centavos fossem do bolso deles. Era isso basicamente o que eu queria. Eles tinham que comparecer com 25 centavos, não era tudo financiado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Essa operação teria dado menos prejuízo ao Tesouro do que essa Segunda opção com o Excel? Poderia ou não?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Talvez. Talvez. Talvez se o senhor imaginar que se o Excel pusesse algo em torno de um quarto de recurso próprio acompanhando recursos do PROER, ele precisaria pôr mais ou menos algo em torno de 450, 500 milhões...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas o patrimônio do Excel era só 230... Era a mesma coisa de nós dizermos que uma sardinha engoliu um tubarão.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu sei...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Era 10%...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu sei, mas o senhor esquece que por trás dele existe outro tipo de coisas de grupo familiar, de “n” coisas que poderiam advir daí. Porque ele é Nasser, mas ele é muito Safra. Ele é Nasser, mas é muito Safra. Entende o que eu quero dizer? Essa é minha suposição. E que não se realizou e ele daria mais ou menos 450, 500 milhões do que ele teria que pôr, e dois anos depois ele quebrou com mais ou menos 600. Você vê que o negócio podia ser minimizado, não sei. Eu acho que eu tinha um pouco de razão, talvez não tivesse, mas talvez se o senhor raciocinar que ele, dois anos depois, teve que vender...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Por um real, não é?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim, mas o buraco ficou mais ou menos em torno de 600 milhões. Se ele tivesse posto adredemente um



valor que não era esse, mas era um pouco menos, talvez ficasse minimizado o problema, não sei. Entende o que eu quero dizer? Mas era mais ou menos isso que eu gostaria que fosse feito. Só. Mas na realidade o básico foi o seguinte: não gostei da atitude, só isso. Eu sou responsável por uma coisa e, de repente, eu vejo na televisão que foi feita uma coisa que eu teria que estar fazendo. Então, é melhor sair, não é verdade? Sem briga, sem nada, é melhor sair. É isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Doutor....

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Agora, eu queria pedir desculpa pela palavra “brincadeira”. Eu não quis dizer que... Eu não quis jamais fugir da coisa séria, eu não quis dizer brincadeira, acho que foi na hora, assim, que estávamos conversando. Mas foi eu gostaria que fosse relevado esse problema de “a brincadeira ficou cara”. Não, a coisa é séria, ficou bastante cara. É uma coisa muito séria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Dr. Francisco Flávio, se os títulos que foram trocados por notas do Tesouro Nacional nível 3 pertenciam ao Econômico, nós poderíamos afirmar que o Econômico estava apostando numa especulação cambial?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Hoje a gente pode conjeturar uma porção de coisas. Talvez ele tivesse captando recursos lá fora com um sentido até bastante bom, no sentido de melhorar a entrada de recursos no País, e tal, que ele captava bem. Pode ser visto por esse ângulo. Agora... Também hoje em dia a gente pode dizer: “Bom, ele poderia estar especulando”. É, também poderia ser. Hoje, você olhando, enfocando a coisa, dado o problema que foi criado com a quebra dele, você poderia hoje dizer isso hoje também. Mas também à época,



se ele estivesse trabalhando, era em prol de alguma coisa, captando recursos, porque tinha dificuldade de captar internamente, porque ele já estava com dificuldade de captar internamente, o Econômico. Então, ele deve ter se virado porque ele teria condições com a ajuda de uma instituição do porte do Swiss Bank Corporation, que é uma instituição que deve ter de ativo algo em torno de 400 bilhões de dólares. Quer dizer, não era uma instituição pequena que estava ajudando. Então, podia ter um sentido bom, mas hoje em dia a gente pode dizer: “Bom, ele foi especulativo”. Também pode ser dito, porque ele foi à bancarrota.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Mas banqueiro só é banqueiro porque tem muita previsão do futuro.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas, às vezes, essa verdade não é verdadeira porque tem tanto banqueiro que quebra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Deputado Ricardo Berzoini para suas inquirições.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. depoente, antes de entrar nas perguntas, quero desfazer algo que boa parte dos depoentes que estão vindo participar desta CPI têm manifestado, que é o fato de que os bancos ganhavam muito dinheiro com o processo inflacionário e deixaram de ganhar após a estabilização ou a redução da inflação. Na verdade os bancos apenas mudaram a sua maneira de atuar. Vi no jornal **Valor Econômico** de hoje o lucro do BRADESCO. Eu me lembro, quando entrei na Diretoria do Sindicato dos



Bancários em 1988, o lucro anual de bancos do porte do BRADESCO e do Itaú era de 200 milhões de dólares. Isso em 1988. O BRADESCO lucrou, até setembro, 1 bilhão, 570 milhões de reais. Se pegarmos o dólar por três, dá 500 milhões em apenas 9 meses. Isso porque ele aprovisionou, em função dos atentados terroristas, e aumentou as provisões para crédito de liquidação duvidosa de 1 bilhão e 100 para 1 bilhão, 390. E o próprio Presidente do banco, Márcio Cipriano, reconhece que exageraram um pouco na dose. A provisão é demais, como é natural que os bancos conservadores façam em situação de incerteza. Mas de qualquer maneira eles continuam lucrando muito dinheiro. Principalmente porque nós temos o maior **spread** do mundo. Não existe país com **spread** bancário como nós temos no Brasil, e a maior arrecadação de tarifas sobre a clientela e sobre a economia em geral do mundo. Então, só para esclarecer, porque senão várias pessoas repetem a mesma questão e acabamos passando a impressão, principalmente para a **TV Câmara**, de que os bancos, depois do Plano Real, tiveram, no geral, dificuldades de ordem financeira. Acho que os bancos na época eram mal fiscalizados pelo Banco Central, e havia bancos muito alavancados. Até citei na audiência, parece-me, com o ex-Senador José Eduardo Andrade Vieira, que eu sempre acompanhei balanço de banco, sempre estudei muito essa área para cumprir minha função de sindicalista. Eu me lembro que por volta da virada entre a URV e o Real, o BRADESCO, o Itaú e Mercantil de São Paulo tinham uma alavancagem de 4 a 5 vezes, e esses bancos todos que tiveram problemas estavam alavancados doze, treze vezes. Evidentemente é uma situação bastante complexa. O senhor falou das razões pelas quais o Econômico foi ao processo de intervenção. O senhor falou do FCVS, mas tinha uma outra razão que eu gostaria de ter sua opinião: o excessivo grau de



imobilização em investimentos fora do setor financeiro. Como é que o senhor avalia esse aspecto como causa para a falta de liquidez do Banco Econômico, a participação do setor petroquímico e outras?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu achava que... Eu acho que instituição financeira não devia se envolver com outras coisas a não ser isto: ele ser uma instituição financeira. Ele não devia ter esse tipo de participação acionária, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E era elevado. No caso do Econômico, era elevado?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu não vou nem dizer que seja elevado ou não, porque ele, se não me engano, ele estava dentro dos limites de immobilização dele. Quer dizer, do ponto de vista legal, regulamentar, eu acho que ele estava enquadrado. O que eu acho é que foge completamente à sua atividade básica. Uma instituição financeira, ela prima por quê? De lidar com recursos de terceiros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Comprar e vender dinheiro?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso. Ela tem que ser especialista, tem que ser o melhor naquilo. Captar meu recurso, o seu, e aplicar no processo produtivo. “Ah, não, mas eu posso...” Claro, tem outros tipos de problema, que... Uma indústria solicita um empréstimo, um financiamento. E o senhor é do sindicato, o senhor sabe do que estou falando. Aí essa empresa não paga, aí acabam os acionistas cedendo as ações para o banco. Mas a lei diz o seguinte...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas não é o caso dos investimentos do Econômico?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Não. Eu estou falando dos casos que a gente poderia supor que ela tivesse participação acionária. É desse tipo. Mas ela tem o prazo de um ano para vender. Entendeu o que eu quero dizer?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ela tem que vender pela lei... pela lei que tinha, a 4.595, ela vige, mas é uma lei... Ela tem um ano para se alienar esse tipo de participação que não seja objeto seu...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Dá para identificar um traço comum pelo menos entre o Econômico e o BAMERINDUS. No caso do BAMERINDUS fazer investimentos, principalmente, na IMPACEL, de que havia uma elevada imobilização que dificultava a liquidez. Patrimonialmente não causava problema.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que nesse depoimento do Dr. Ângelo, ele falou sobre isso, que estavam subavaliadas as participações, não é? Mas veja você, o erro...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas essa é uma questão...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – ... não está na consequência...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas essa é uma questão patrimonial, e não de caixa.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. O erro que eu vejo não é essa consequência de ter participado do processo, participado da siderurgia, participado em indústria de papel Santo Amaro, participado na CAJUBA. Isso aí é o



pior de tudo, já é um erro participar. O erro está na origem. É você deixar participar, você não criar... dizer: "Olha, uma instituição financeira não pode participar". Se tem um banco de investimento, ele poderia participar...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Claro.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – ... um banco de investimento. Mas poderia participar no momento do **under rising**, ou seja, quando ela coloca os papéis ela pode fazer uma garantia firme, porque ela, não colocado no mercado, ela compra. Ela dá tranquilidade ao acionista. A CONEPAR queria fazer aumento de capital, entregava para o banco de investimento, ele faz um **under rising** e coloca 80%. O que vai fazer com o restante? Ele compra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas o Econômico tinha...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas ele compra...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... do banco comercial?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, ele tinha como participação...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - ... do banco comercial...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – ... uma participação normal dele, como se fosse uma coisa normal, quando na realidade não devia ser uma instituição financeira vinculada a esse tipo... Eu acho que o BRADESCO, por ser muito conservador, ele está até se desfazendo de muita coisa porque...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele montou uma empresa de participações fora do banco.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Fora do banco. É, ele mesmo em si não quer mais saber disso.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele na verdade adotou uma política inteligente de não confundir...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Embora seja meio eufêmico isso de você ter uma empresa de participação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim. Deixa eu lhe fazer uma outra pergunta, em relação ao Fundo de Compensação de Variações Salariais, que é o FCVS. O senhor disse que era um dos problemas do banco o FCVS e outros...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. O PROAGRO, o...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Até o senhor usou uma expressão: “o Governo gosta de dar seus calotes”. Na verdade, hoje, o Banco Central não reconhece isso, porque a ponderação de risco para títulos públicos é zero. Então, hoje o Banco Central não reconhece. Mas o senhor tem uma opinião diferente.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu tenho. Eu acho que título governamental devia ser uma (*ininteligível*), nem que tivesse que prender o administrador público.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E aí, sim, teria de ter o risco zero, mas atualmente não é esse o caso.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, hoje, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Com o tamanho da dívida pública brasileira e com a tradição que tem...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É zero à esquerda.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Como era a contabilização desses títulos do FCVS no balanço? Qual era o percentual do valor de face que era adotado, o senhor lembra?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não lembro, não lembro, mas existe...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor não tem...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – .. mais ou menos um montante, que se somado tudo...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Aproximadamente...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não lembro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele estava provisionado tudo como _____ prejuízo, _____ parcialmente...?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que nós provisionamos tudo que teríamos direito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Tudo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Já sob intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas antes, não?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Acho que antes não tinha tudo, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Como é um papel de baixíssima liquidez, liquidez quase nula e risco efetivo de não receber no futuro, o senhor acha



razoável que se aceite como garantia por um valor próximo ao valor de face uma negociação, um processo tipo PROER?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, claro que não. Porque se você dá valor baixo, valor venal dele é muito baixo, o deságio é muito grande, você tem que fazer o correto, você tem que desagiá-lo, mesmo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Isso o Banco Central deveria fazer também ao...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, claro, claro, claro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Então, o que foi feito no Banco Nacional...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque esse é o mercado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Certo.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O que eu falei foi outra coisa. Do ponto de vista ético, moral...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, eu entendi. Como tem baixa liquidez e dificuldade...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...e incerteza quanto ao recebimento, o mercado paga o que ele acha que vale.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Paga o que vale...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O risco que vale aquele título.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Exatamente. Claro, claro.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – No caso do FCVS, quando houve aquela negociação onde o Banco Central fez um empréstimo ao Nacional para o Nacional ir ao mercado comprar do BRADESCO, Itaú, UNIBANCO, BCN títulos do FCVS para serem usados como garantia no PROER, o senhor estava como interventor do banco naquela época?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor ainda era interventor. Porque o acordo com o Excel saiu posteriormente ao...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...o Banco Central não procurou fazer essa operação com o Econômico sob intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Existia alguma limitação normativa?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não? O senhor poderia tranquilamente...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Acho que eu não me interessei pelo negócio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ... se desfazer?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Acho que não me interessei.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor não se interessou?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Acho que não me interessei por isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor está sendo irônico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não, é correto. Não estou sendo irônico, de jeito nenhum.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor não se interessou?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É porque, veja você, a gente quando assume é administrador mesmo, não tem conversa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas, veja bem, o senhor tinha títulos que aprovisionou como prejuízo.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu sei, mas é o caso de... Eu estava muito mais... Porque eu tinha...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E o Nacional estava comprando com 50% do valor de face.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, mas veja a minha posição naquele momento. Eu tinha oito interessados na compra. Eu estava interessado nisso. Eu queria era vender.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor queria vender?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu queria... Eu não estava interessado em fazer negócio com o Banco Central, nem com quem quer que seja.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Para vender os títulos?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu estava interessado em vender a instituição como um todo.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas seria um bom negócio. A instituição ficaria mais valorizada se o senhor vendesse já sem esse “mico”, usando a expressão popular.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas o senhor não sabe a pressão que é...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Que tipo de pressão?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Poxa, você tem que fazer aquilo... você tem... Na minha cabeça, eu tenho um sentido social também adequado. Eu tinha 9 mil funcionários, queria salvar os empregos deles.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E quanto mais rápido vendesse maior a chance de...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Quanto mais rápido... Exatamente, por isso que eu me desgastei muito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas o senhor é uma pessoa experimentada. Imagino que o senhor consegue pensar em três ou quatro coisas ao mesmo tempo.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Consigo, mas eu não me interessei...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor está pensando em vender...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – ... naquele momento...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não interessou? Mesmo podendo realizar ali 50% daquilo que o senhor estava planejando como prejuízo?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, mas eu tinha convicção também de que se não fizesse naquele momento poderia fazê-lo depois. Entendeu o que eu quero dizer?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas aquela oportunidade era única.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu teria oportunidade...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não quero que o senhor concorde comigo necessariamente. No meu entendimento foi uma artificialidade que o Banco Central utilizou para resolver reduzir o tamanho do passivo a descoberto do Banco Nacional, assim como o senhor disse que aumentou a possibilidade de punição, como a de honrar a compensação — depois vou lhe perguntar sobre isso.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, isso porque ele valorizou os títulos e conseguiu dar liquidez.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele supervalorizou algo que não valia...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ele deu liquidez ao título.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Exatamente.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ele valorizou o ativo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Agiu de uma maneira que ninguém no mercado agiria.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não sei se não agiria. Eu acho que naquele momento...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Essa afirmação é minha...



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu estava... Meu foco naquele momento era outro, eu não estava...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Era vender o banco?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Era vender o banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Vender o banco.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não estava muito interessado...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor participava diretamente de negociações...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Com todas as instituições. Só eu.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Com a... A UBS é uma delas? A suíça?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Swiss Bank?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O Swiss Bank Corporation era meu **adviser**.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E o outro? Era o **adviser**.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Era...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Quais eram as duas instituições?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ele não... ele não...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele era o negociador? Era o corretor?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. Era o corretor.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Quem eram as duas instituições?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eram sete ou oito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sete ou oito?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. Nacionais e...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – BRADESCO estava, Itaú...?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A maioria era o quê? Porte médio?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porte médio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E estrangeiro? O senhor lembra quais eram?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Estrangeiro era o Santander...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Coisas desse tipo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Essa operação...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Bilbao Biscaya...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A contratação da UBS como **advisor** foi uma operação normal da intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Vou fazer um parênteses aqui.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Pois não.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não tem conotação nenhuma, a não ser da realidade. A gente tem que em certo momento dar um certo valor às coisas que são feitas. Quando eu assumi, o Sr. Ângelo Calmon de Sá, eu chamei, procurei, ele demorou muito a conversar comigo. Ele demorou mais ou menos uns quinze dias para conversar comigo. Aí, um dia, ele conversou comigo. Então, ele me disse o seguinte: “O senhor jamais terá qualquer tipo de problema de minha parte porque eu lhe dou todo o direito de fazer o que quiser com minhas empresas”. E ele fez por escrito e assinou. Isso é difícil você encontrar como processo liquidatório, mas isso está lá para os senhores verem. Ele entregou tudo. Ele jamais... E meu autorização... Ele me deu autorização, não. Não é... Ele não autoriza nada, mas o dono da instituição, ele continua dono... Ele continua controlador. Ele perdeu...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele estava sob intervenção. Ele não foi...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ele não perde a posse...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele não foi desapropriado.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele estava sob intervenção porque é uma concessão.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O maior problema que existe com liquidantes, nós, liquidantes, em primeiro lugar, nós somos nomeados e assumimos todos os riscos e ônus. Só nós respondemos civil e criminalmente por tudo. E o Banco Central... A ajuda do Banco Central nesse ponto posterior é zero. O Banco Central não faz nada, ele não pode fazer nada. Então, todos os processos



que existem contra liquidantes e interventores... Tem gente que já vendeu até apartamento para pagar advogado, colegas meus, porque o Banco Central não faz mais nada, pronto. E não pode fazer porque o Tribunal de Contas não deixa. Como é que ele vai gastar dinheiro nisso? Entendeu o que quis dizer? Então, quando um dono de uma instituição chega e faz por escrito e dá tudo e ainda diz assim: "Pode fazer os gastos que forem necessários, contratação de advogado, despesa de viagem, e tal, que eu jamais questionarei isso na Justiça". Entende? Aí eu levei para o Banco Central. Então, facilitou muitas coisas de um certo modo, embora tenha demorado, como ele falou, a Comissão de Inquérito demorou muito. Demorou porque é uma coisa demorada, você está entendendo?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Demorou quanto tempo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Olha, uns oito meses.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Oito meses?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, a Comissão de Inquérito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Havia alguma dúvida sobre...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, é que o problema...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...classificação contábil de algum...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, e os problemas são muitos e são elevados.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E quem define isso aí? Quando existe uma dúvida...



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É o Presidente da Comissão de Inquérito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O Presidente. Ele tem total independência em relação à Diretoria do Banco Central e à intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Tem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Em nenhum momento há processo de consulta?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Como qualquer processo de comissão de inquérito tem autonomia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Qualquer inquérito tem de ter autonomia.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Tem de ter total autonomia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor acha que se ele consultasse, por exemplo, o Presidente do Conselho Diretor, que no caso era o senhor, ou o Banco Central, ele estaria cometendo uma irregularidade?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Em que sentido?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Se ele consultasse: “Tenho uma dúvida aqui, eu quero saber como é que eu enquadro...”

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, ele não faz isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não pode fazer?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ele vai ao Banco Central ou vai a um outro tipo de...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E o Banco Central nesse caso?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ele apóia, o Banco Central apóia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas ele tem independência em relação ao Banco Central?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Veja você, o Banco Central...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Uma comissão de inquérito, o princípio básico para um inquérito existir é não receber ordens.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, ela não faz isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ela tem autonomia.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ela não faz isso, ela não trabalha dessa forma. Ela tem autonomia completa. Eu estou falando para não recorrer a mim, por exemplo, para explicação. Ela pode recorrer até o Banco Central, o Banco Central explica.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Explica mas não determina?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não determina.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A comissão de inquérito é presidida por um...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, a comissão de inquérito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – ...procurador do Banco Central justamente por isso. É sempre um procurador que preside a comissão de inquérito.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Exatamente. Tem de ser um advogado e ele escolhe as pessoas que ele quer pôr na comissão.



O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ele tem total liberdade para montar a sua equipe.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, de montar a sua equipe.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Em relação à questão de honrar, ou não, a compensação. O senhor disse que honrou a compensação porque poderia ter impactos na economia piores do que não honrar.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Agora, o senhor tem margem de liberdade para isso? Quer dizer, não existe uma normativa do Banco Central ou do Conselho Monetário Nacional ou a lei mesmo? É a 6.208 ou 6.408?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que, se não me engano, foi a primeira vez que foi honrado.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – É?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas o senhor não tinha nenhuma limitação legal para isso?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor tinha total liberdade como gestor de honrar, ou não, mesmo sob intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É. O ato é sempre seu. Você arca com o ônus.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E se o senhor decidir honrar por mais dois dias depois, posteriores? Porque tinha mais cheque voando por aí.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, demorou dias para ser fechada a compensação por causa disso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor não fechou logo? O senhor deixou vários dias em aberto.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, em aberto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Isso não poderia suscitar operações do tipo... pessoas que tenham tido acesso à informação da intervenção na véspera, como o senhor mesmo disse que o...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Teve, teve casos que eu não quis pagar, briguei para não pagar. Veja você, não é honrar a compensação é não pagar aquele título.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – É não pagar. O senhor honrou seletivamente?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Qual é o indício para honrar ou para não honrar?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – A gente tem a tradição de resgate dos investidores. Você sabe que não resgata assim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Resgatando como? Antes da hora? Eu gostaria que o senhor explicasse um pouco melhor.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Veja você, você tem um procedimento. Você aplica numa instituição e resgata, por exemplo, ... Você tem sempre mais ou menos um...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Padrão.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – ...um padrão. Pode não ser uniforme, mas você tem um padrão de resgate.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E o senhor levantou esse padrão...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Aí, de repente, fica lá em cima, você não quer pagar, às vezes, porque quer resgatar isso hoje exatamente. Aí foi uma briga danada.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Isso na sexta-feira, antes da intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Aí demorou vários dias. Teve alguns que eu não honrei, teve outros que eu paguei, porque me provaram que era normal.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Como o banco estava fechado, o senhor honrou porque foi apresentado enquanto estava aberto evidentemente?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Claro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não houve depois qualquer movimento de ordem “Tenho a receber”.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor falou que o que determinou a intervenção, obviamente, foi a falta de liquidez. Há um padrão tanto no PROER como no caso do BANESPA, principalmente nos bancos grandes. O Banco Central vem financiando através de empréstimo de liquidez conjuntamente com um grupo de bancos. Em algum momento, os bancos privados todos somem do processo e fica o Banco Central, o Banco do Brasil e a Caixa Federal. Num



determinado momento, o Banco do Brasil e a Caixa Federal também saem. É mais ou menos, mal comparando, como tirar o tubo do entubado na UTI.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor não acha que do ponto de vista de uma análise — estou pedindo a sua opinião como técnico do Banco Central, uma pessoa experiente — isso, na verdade, induz a um processo de intervenção? Eu não estou falando nem da parte que os bancos privados saem, porque isso daí seria uma apuração muito mais difícil. Mas como tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa, como o Banco central, obedecem ao mesmo comando, é curioso que sempre esses bancos estejam envolvidos em processo de permanecer até a última hora, mas num determinado momento eles saírem. O senhor não acha que é estranho, é atípico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho conflituoso. O interesse aí é muito conflituoso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Conflituoso? Há um conflito de interesses?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor acha que o Banco do Brasil e a Caixa não deveriam participar desse tipo de mercado?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não, eu acho que eles deveriam receber o mesmo padrão que recebe qualquer instituição financeira do Banco Central.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E hoje recebem mais?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não sei se recebe mais ou menos. Eu estou falando que tem de ser o mesmo padrão, financiando o que ele pode, o que não pode ele não financia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não pode ter orientação política do Ministério da Fazenda?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não sei se eles têm orientação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, estou raciocinando em tese. A CPI serve para resgatar fatos, mas também serve para desenvolver raciocínios.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Se isso é um fato, se ocorre, é errôneo, eu acho. Isso não poderia ocorrer. A responsabilidade é do Banco Central única e exclusivamente. Ou ele dá empréstimo e liquidez à instituição ou ele não dá.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Na prática, o Banco do Brasil e a Caixa foram usados.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Agora, ele tem obrigação de dar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim. Até um certo ponto que levaria...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Se têm garantias, enquanto existirem garantias, ele tem de dar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E no caso do Econômico as garantias existiam?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque as instituições só podem recorrer ao Banco Central, não tem outro.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – No caso do Econômico as garantias existiam?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Existiam.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não havia um processo de falta de liquidez superior às garantias?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que eram bem garantidos os recursos do Banco Central, muito bem.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Ou seja, a intervenção pode ter sido indevida? Um RAET seria mais apropriado para superar a liquidez.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu já falei sobre isso. Foi correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor achou que a intervenção foi mais apropriada do que um RAET? Porque o RAET manteria o banco aberto.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, fica difícil a gente conjecturar sobre se foi mais correto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, é claro.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que a intervenção foi correta. Agora, hoje em dia, eu acho que era aquilo que tinha de ser feito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Comparativamente com um RAET, o senhor acha que um intervenção era melhor do que o RAET?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que do ponto de vista administrativo foi melhor, porque você tem uma cabeça só para resolver tudo. E num RAET você tem uma diretoria que você tinha de pôr. E onde tem uma diretoria você tem conflito.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A diretoria pode ser nomeada pelo Banco Central num RAET.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mesmo que todos sejam do banco, uma diretoria é sempre conflituosa. Numa intervenção, não.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Porque o BANESPA foi RAET, e que eu saiba não houve conflito.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Foi. E qual foi a consequência?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, mas não houve conflito de opinião na diretoria. Houve outros conflitos. O RAET foi um...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas qual foi a consequência?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Do RAET em si eu não sei.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, do BANESPA. O que aconteceu com o BANESPA?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O BANESPA foi privatizado.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Pois então.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não por causa disso, isso aí já é outra discussão. Se o senhor quiser eu discuto isso aí longamente...



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas a consequência foi a mesma do Econômico, ele foi vendido. Entendeu o que quero dizer?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, mas o que eu quero dizer é que o RAET, no caso do Econômico ou do BANESPA, qualquer um dos dois casos, poderia resultar num processo de recuperação do banco.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Pode.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu, pessoalmente, não estou... Para mim tanto faz o Econômico ser vendido, voltar ao Calmon de Sá, não é isso que importa, ser liquidado. O fundamental é o seguinte. Do ponto de vista do prejuízo que sobra para o Tesouro, na prática, o RAET, mantendo o banco aberto, poderia evitar um processo de deterioração da perda inclusive do **goodwill**. Ou seja, o banco funcionando por seis, oito, dez meses, um ano, sob RAET, poderia recuperar sua situação de liquidez, se desfazer de alguns ativos imobilizados e, portanto, voltar a operar normalmente, preservando os empregos e o papel que ele tinha para a Bahia.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Agora, eu entendi o que o senhor quis dizer. Então, de um ponto de vista de recuperação, seria muito melhor ela estar funcionando.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Claro, aberto.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – E uma das coisas que eu propus foi isso, deixar ele aberto. Já que está em intervenção eu assumo a responsabilidade.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Porque aí teria que ser RAET. Intervenção com o banco aberto não dá.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque, por incrível que pareça, o banco fechado e as pessoas depositando no banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Claro.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque todo mundo gostava do Econômico lá na Bahia, Pernambuco, Sergipe. As pessoas depositando. E o que eu podia fazer?

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sim.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Nada.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor em algum momento teve algum tipo de pressão política direta por parte do grupo político na Bahia que sustentava Ângelo Calmon de Sá e outros políticos baianos, que motivaram, inclusive, aquela famosa caminhada aqui pela Praça dos Três Poderes?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu fui chamado de amanuense, mas nunca tive isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Chamado de?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Amanuense.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Amanuense?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, o amanuense. Mas, tudo bem, eu acho que faz parte.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor falou que a tendência do PROER é ser superavitário no caso do Econômico. Depois o senhor especificou. Como esse superávit decorre de um desequilíbrio entre a indexação cambial do ativo e do passivo, o senhor não acha que é artificial isso? Na prática, esse



superavitário é provocado por uma situação e que quem vai pagar a conta é o Tesouro.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, se o senhor conseguir colocar esses títulos a um preço adequando, não é artificial, porque você vai ter de realizá-lo...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, o Banco Central pode ter lucro, mas o Tesouro tem prejuízo, porque esses títulos cambiais...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não tem prejuízo. O Tesouro não tem prejuízo, porque o Banco Central... erroneamente, hoje tudo que é do Banco Central passa para o Tesouro. O problema maior está na origem do Banco Central, do que fizeram com o Banco Central e não do que.... Porque se o Banco Central tiver...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Aí temos de fazer a CPI da SUMOC. É muito antigo.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Se tiver resultado positivo, o que vai acontecer? Tem que passar para o Tesouro. Então o Tesouro não tem perda. Se o Banco Central for quem lucrar, ele tem que passar para o Tesouro. Então, na realidade, acho que o erro maior está nisso. Desvirtuaram tanto o Banco Central, tiraram todas as suas receitas próprias, porque o Banco Central é uma caixa preta. Não, mas o Banco Central tem que ser uma caixa preta e quanto mais preta melhor para o Banco Central, para as instituições, para o sistema, para o Governo. O Banco Central tem que ser uma instituição, ele tem que ser totalmente independente e não isso que querem fazer, quer dizer, a Diretoria do Banco Central vai ter 5, 6 anos de mandato. Isso é besteira, se ele depende totalmente do



Executivo, ele vive debaixo do orçamento. E desde quando você tem independência se depende dos outros economicamente. Você não tem dependência nunca, você pode dar 10, 20 anos para quem você quiser.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas aí o objetivo é outro. O Brasil inteiro sabe que o objetivo é outro e não esse.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – A independência que eu acho é quando a instituição Banco Central tem sua receita própria, como ela tinha. Basicamente, o IOF todo era dela, a receita dela, do Banco Central e ele formava com essa receita própria dele as reservas monetárias e tirava o seu sustento. Então, a reserva monetária cobria o quê? Os depositantes à vista. Ninguém era prejudicado, porque ia lá e pagava. Era obrigado, estava na lei, todo depositante à vista. Ah, e os outros? Os outros são aplicadores, eles correram o risco. Ele não tem que pagar nada a aplicador, tem que pagar o que é possível pagar a eles da força da massa. Agora, depositante à vista, não, a reserva monetária é obrigado a cobrir. Agora, o Governo achou bonito pegar aquele monte de recurso e passar para o Tesouro. É do Tesouro hoje, é a segunda ou terceira fonte de recurso do Tesouro, mas isso era fonte do Banco Central. O Banco Central não tinha que pedir de pires na mão para o Executivo para dar dinheiro e orçamento. E o melhor seria que ficasse embaixo do Congresso, como qualquer Banco Central do mundo que se preze, vai lá, atravessa a rua, vai a pé, não vai nem de carro, vai lá e todo o mês diz assim: “Olha, Srs. Congressistas, estou fazendo isso, isso, isso”. Se o Executivo quer emitir título, o Banco Central diz sim ou não. O Executivo não pode cobrir déficit assim como ele acha que deve cobrir. O Banco Central é quem tem de dizer, pode



ou não pode. Aqui dentro não pode, se quiser você vai lá fora no exterior e capta o que você achar melhor e pronto.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – O senhor em algum momento...

O senhor ficou quanto tempo no Banco?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Trinta e dois anos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Não, no Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, 6 meses, 7 meses.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Seis meses. O senhor ouvir falar sobre pasta rosa?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, eu que estava com aquilo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Hã?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu que entreguei aquilo para o Banco.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Então, eu queria que o senhor comentasse isso.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Aquilo é jocoso, eu acho jocoso aquilo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu queria que o senhor comentasse, historiasse isso. Como é que foi o processo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que o assistente meu, tinha uma sala lá... Tinha uma salinha pequena e tinha uma porção de documentos lá, e uma assistente minha chegou e disse: “Olha, doutor, achei esse negócio aqui”. Era uma pasta normal, a pasta rosa, não sei quem deu, acho porque



é uma pasta daquela ali, rosa igual aquela ali, eu acho que cobri com aquilo e aí ficou pasta rosa. Aí eu olhei aquilo lá, uma porção de rabiscos, nome de pessoas, contribuições, processo. Eu sinto muito, mas é com o senhores mesmo que entra neste processo, que eu acho um pouco aético, mas é a forma como é feito no Brasil.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Eu também acho.

O SR. DEPUTADO MICHEL TEMER – Eu também acho. Dentro do serviço público.

(Intervenção inaudível.)

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho totalmente imoral isso, ficar dependendo, mas tudo bem. Aí eu levei aquilo para o Banco Central, eu mostrei aquilo para o Loyola. O Loyola disse: “Eu não quero saber disso, não.” “E o que eu vou fazer com isso?” Ele disse: “Você leva de volta e guarda.” Aí eu levei de volta. Aí ficou aquele troço lá.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Leva de volta e guarda, não orientou para fazer nenhum tipo de representação no Ministério Público?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, leva de volta e guarda. Leva de volta e guarda e depois você vê o que você faz. Aí chegou em outubro, ele estava na reunião do Fundo Monetário, ele me ligou que queria ver esse negócio, porque ele acordou, acho, para o problema. Aí ele falou: “Eu quero ver esse negócio.” Aí eu levei. Ficamos conversando sobre o assunto e ele disse: “O que você acha?” Eu digo: “Olha, a única coisa que nós temos que fazer é isso aqui. É um negócio prescrito, mas eu acho que isso aí pode ser encaminhado até o Ministério Público ou outra coisa.” Uma coisa assim. Agora do ponto de vista... Eu só



falo do ponto de vista assim moral, ético. Aquilo não tinha valor assim intrínseco nenhum do ponto de vista de crime, porque a eleição...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não tinha texto, se não tivesse inscrito lá o nome de cada um não era crime

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, mas era um negócio difícil, quer dizer, a lápis, um negócio complicado. Agora, depois daquilo vazou não sei como, em dezembro. Aí eu deixei no Banco Central para ele tomar as providências. Ele chamou o chefe do Departamento Jurídico tal do Banco Central. Eu falei: “Eu vou passar isso aqui e não quero nem recibo desse troço. Foi um negócio que eu achei aí e eu não vou me envolver nesse negócio aí”. E rindo, num processo meio jocoso. Aí chamou o Mauch, acho que foi o Mauch, não sei quem foi. Nós entregamos e ficou aquilo lá. Aí chegou em dezembro e vazou. Foi pior a emenda do que o soneto. Aí entrou o sentido escandaloso da coisa que o senhor há de convir que é um processo nosso. Então, eu julgo assim imoral, mas é o processo como os políticos sobrevivem através de contribuições.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Mas aquilo não era o documento oficial do Banco?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não era.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – E o Dr. Ângelo Calmon de Sá quando foi embora esqueceu lá?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acho que sim.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – É sempre bom observar que estamos num caráter informativo e opinativo. É evidente que toda a opinião



também não pode ter caráter generalizante, porque há casos e casos e comportamentos, alguns julgados pela opinião pública, alguns até talvez indevidamente julgados, se esse for o julgamento, outros com fatos não apurados pelo Ministério Público, mas a Presidência fica nessa obrigação de registrar isso. Não se trata de generalização, nem também de reconhecer como um comportamento. Espero que não seja o comportamento dominante que se aprimore com o decorrer do processo. Com a palavra o Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sr. Presidente, acho que muita coisa já foi colocado do ponto de vista técnico. Eu quero aprofundar o tipo de depoimento que está sendo dado pelo nosso depoente que está um pouco subjetivo e um pouco fora das lembranças. V.Sa. se afastou muito tempo. Então, eu quero tentar discutir coisas que não sejam precisas, mas que são fundamentais para mim. Por exemplo, o senhor disse uma frase que para mim é da maior importância. Evidentemente, o senhor está no olho do furacão. O PROER é feito para o Nacional, não é para o Econômico. O PROER para o Econômico é muito posterior. O PROER vem para resolver o problema do Nacional fundamentalmente, a operação do PROER. O Econômico entra no PROER depois da intervenção. Há uma intervenção e só depois... Inclusive o PROER entra no momento da negociação com o Excel, fundamentalmente. Vamos por parte, o Nacional era difícil de explicar que o Banco Central não tivesse controle, mas o Econômico não, porque estava tudo na cara.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Concordo.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então, eu quero conversar com o senhor sobre o período que antecede a intervenção. O que naquele momento era “o escandaloso para o mercado”, entre aspas, eram as operações insolitamente



pesadas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica em relação aos bancos em situação precária. Eu não vou fazer a análise do conjunto de bancos. Acho que o Deputado Ricardo Berzoini já fez muito bem. Eram alguns. A entrada do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, não era isso? Não era isso que marcava o clima que isso aí está mal?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Se o senhor partir do pressuposto de que o hábito faz o monge, qualquer intervenção junto do Banco Central — e o mercado não é trouxa —...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ele sabe o que é.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ele diz assim: o Banco Central está socorrendo no redesconto, e o Banco do Brasil, Caixa, PREVI e um monte de gente aí entra, o mercado sabe.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Agora, por que o senhor acha que essa operação foi feita, quando já vínhamos na série de confrontos da Direção do Econômico com a Direção do Banco Central? Ou seja, eu quero preservar. Eu não estou aqui poupando muita gente não, mas é indiscutível que a questão da fiscalização, o quadro de carreira de fiscalização do Banco Econômico, do Banco Central, tinha detectado todas essas coisas que estavam evidentes. Por que não se tomou uma decisão, quando a decisão seria muito mais barata? Por que nós ficamos com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica financiando permanentemente aquilo que havia de déficit do Banco Econômico em relação ao Banco Central? E é até uma coisa mal explicada. Quer dizer, ele tinha a garantia, o Banco Central tinha obrigação de estar ali. Por que o Banco Central não estava e era o Banco Econômico, Caixa Econômica e Banco do Brasil que compensavam isso?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Primeiro, o financiamento é um todo. O mercado em si financiava o Econômico. Quais eram as instituições? Eram "a", "b", "c", "d", Caixa Econômica, Banco do Brasil e Banco Central, através de sua operação. Está o.k.? Então, eram “n” instituições que socorriam.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sim, mas o período que o Banco Central saiu é anterior. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica continuam, o Banco Central saiu antes.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, o Banco Central não saiu, ele ficou, porque estava com uma operação de financiamento dele. O dele já está dado, entende? O do Banco Central já está dado. Era a operação em si — empréstimo e liquidez, está o.k.? Está dado, com garantia e tudo. O Banco Central é que não podia sair.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sim. Aí, como é que o Banco Econômico pagava isso?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Pagava através da captação que ele fazia para o ...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – E o Banco do Brasil e a Caixa Econômica entram por quê? Porque os outros diminuíram a captação do Banco?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não, não. Não é isso; é o inverso: as necessidades do Econômico, dado o processo de deterioração de credibilidade que ele vinha sofrendo, que era longo, um processo longo — deve ter começado em abril, março...



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sim, quando estava na ordem dos 700 milhões o furo e tal...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Terminou em dois e novecentos.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso. Então o senhor vê que levou até agosto, por vários motivos: primeiro, que, neste momento, os acionistas do Econômico chegaram à conclusão de que estavam exauridos; eles tinham que vender a instituição, está o.k.?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Em abril?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Lá atrás.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Já estavam... Exato.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Exato? Lá atrás. E disseram ao Banco Central: “Nós vamos...” Quer dizer, o relacionamento com o Banco Central não foi ruim, foi correto. O Banco Central disse: “Tudo bem. Você assume o compromisso de passar a instituição para alguém interessado?” “Sim.” E procurou-se fazer, tanto que ele contratou uma instituição do porte do Swiss Bank para ir atrás de vender a instituição. Porque não se vende uma instituição assim, da noite para o dia.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então o Banco Central ficou esperando o Banco Econômico ser negociado e, por isso, essa negociação vai de abril até agosto?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não. Ele não esperou. O senhor viu que ele interveio.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Eu sei.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas ele entrou no processo, de ajudar no processo de vender a instituição, que era muito menos traumático. Claro, você não liquidar uma instituição é muito menos traumático do que liquidá-la. Tanto o senhor vê que o senhor me falou, o senhor sabe o montante do problema no dia: foram 2 bilhões e 900. Isso não é uma coisa que fica impune. Você perder, jogar 2 bilhões e 900 no mercado a título de (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sim, mas é isso o que eu quero que o senhor me diga.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso é o que eu estou tentando explicar ao senhor. Então, o processo...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sabe por que eu faço essa pergunta? Nós estamos aqui com uma crise nacional — e aí o Deputado Goldman, que é o especialista no Orçamento, que me corrija —, que não se resolve por coisa de 300 milhões. É uma crise nacional e numa questão fundamental para nós, que é a universidade pública. Eu quero dizer: quais são os critérios que se permite a operação que... Uma operação que, se executada em abril, custaria 700 milhões, só é executada em agosto, quando já está em dois e novecentos. Qual é o limite? Quem é que determina os parâmetros para isso?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Seria o Banco Central que determinaria. Claro, só pode ser o Banco Central, ele é o único...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Mas qual foi a avaliação que o senhor fez dessa operação? O senhor intervém e vê isso; o senhor diz...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É difícil você se colocar numa posição decisória, porque você nunca teve essa posição, entende? Eu acho



que você tem que fazer tudo que, do ponto de vista da administração de uma instituição como o Banco Central, lhe pareça correto, entende?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então está bom.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Então, o que pareceu correto foi que ele viesse tentar vender a instituição.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Foi uma decisão subjetiva, sei.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Só um minutinho. Aí, o que acontece — só para ajudar o senhor? As outras empresas se exaurem também. Elas acham, de várias maneiras, que vão retirando o financiamento. O que ficou? Banco do Brasil e a Caixa.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, é que eu estou “empanicado” com a possibilidade que tem uma direção do Banco Central de fazer uma operação que, por decisão dessa diretoria, custou ao Tesouro pelo menos 1 bilhão e 600 milhões de dólares. Impunemente. Não tem... Porque se eu, o Deputado Freire, o Deputado Goldman, o Deputado Bacelar tivermos que discutir alguma coisa de 50 mil de uma conta de cobertura de campanha, a gente perde mandato. Então, não é uma brincadeira isso.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Isso é feito por decisão daquela pessoa que está sentada na cadeira do Banco Central ou o Governo delibera?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Do Banco Central.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Porque o senhor disse que ele dependia do Executivo.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É o Banco Central.



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ou seja, o Governo estava informado dessa operação?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O Banco Central é que tem que tomar a atitude.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, eu estou perguntando ao senhor o seguinte: com a sua experiência, essa operação que dá por esse período de tempo um rombo de um e seiscentos... Eu não quero falar... Eu quero falar do Excel depois. Essa operação, o Dr. Gustavo Loyola toma sozinho? “Está bem, estou esperando o Banco Econômico ser vendido.”

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, ele toma sozinho. A Diretoria do Banco Central toma, através do Conselho também. O Conselho se envolve, o Conselho Monetário.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então é uma autonomia absoluta. Já é autônomo o Banco Central.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O Banco Central, ele tem poderes realmente fantásticos.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Porque ele transfere o prejuízo depois para o Tesouro, não é problema.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Da forma como foi votado no Banco Central...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Porque essa CPI é sobre PROER. E sobre PROER é o seguinte: nós estamos discutindo aqui coisa... Nós estamos descobrindo coisas absurdas. Ninguém na República tem... O Presidente da República não tem poder para fazer isso. E o Banco Central, tem?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim, mas é a instituição própria para isso.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sim, mas alguém paga por isso, porque ninguém brinca com 1 bilhão e 700. O que eu estou querendo dizer, só para o senhor me entender — não estou apertando o interventor, eu quero aprender...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu não estou me sentindo...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – “Setecentos milhões em abril, tem que entrar aí. Não, eu não vou entrar; pode deixar que eu vou vender o Banco”. Uma série de operações atrapalhadas antes já não dava credibilidade. O clima já era de confronto. O Banco Central já tinha perdido um recurso para o conselho de uma decisão que o Banco Central havia tomado contra o Banco Econômico. Ângelo Calmon de Sá ganha no conselho, onde os banqueiros tomam conta, mostram que têm uma força superior ao Banco Central. Sim, porque o conselho é controlado pelas entidades dos banqueiros.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Claro, que não? Está lá, tudo. Todas as entidades do capital, todas as entidades do mercado estão nesse conselho, até uma entidade sindical: FEBRABAN. Não tem sindicato do trabalhador bancário, só tem de quem opera com o capital, em cima do Banco Central. E ele ganhou recurso aí nesse Conselho, contra as decisões tomadas inclusive punições que já haviam sido aplicadas pela própria fiscalização do Banco Central. Nesses termos, ele é punido pela fiscalização. O Presidente do Banco Central então tem poder para aceitar essa operação? “Está bom, vamos esperar essa negociação?”



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O Banco Central fez a negociação. Ele julgou que era o melhor fazer a negociação para tentar vender a instituição, passar a instituição e não causar um trauma, que acabou, como o senhor mesmo disse, pior a emenda que o soneto.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então vamos mais adiante.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque, depois, o Banco Central teve até que liberar um monte de dinheiro do compulsório para poder segurar as outras, que aí foi um negócio...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então o senhor pelo menos registra isso. Depois eu quero ir mais adiante um pouco. O Nacional era difícil de explicar. O senhor não foi interventor do Nacional, mas isso aqui é uma CPI do PROER, e o PROER está no Nacional. Esse Banco Central, que operou esse erro brutal no Econômico, foi o que fez a operação do Nacional, e uma operação bizarra. Nós estamos conversando a respeito de Fundo de Compensação de Variação Salarial — que o senhor mesmo disse, com sua experiência de Banco Central, que se fez uma operação inexplicável de aceitação de títulos naquele valor. Ninguém aceita título em valor. O valor normal... O senhor disse claramente: títulos do Governo têm que ser absolutamente seguros.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Isso.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – E eu quero... Estou inteiramente de acordo com o senhor, o Governo tem que ter credibilidade para isso, mas esses títulos não são negociados pela vontade do Governo e sim pelo que eles... O Governo os recebe pelo valor que eles têm.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, sim, porque o mercado é que faz o preço.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Exatamente. Então, objetivamente, eu quero conversar só... Aproveitar o que... Quando o senhor disse, a sua avaliação do Nacional, quando o senhor disse: “Era difícil explicar o que aconteceu” — o senhor disse essa frase.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Disse.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O que o senhor quis dizer com isso, com a sua experiência de Banco Central? (*Pausa.*) Não, pelo que o senhor falou, pelo que o senhor conhece da coisa.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Pois é, pelo que eu conheço e pelo que eu li, porque eu nunca tive esse contato direto. É difícil de explicar, realmente, como é que houve uma fraude tão grande e não detectada. Isso é... é inexplicável, entende? O que eu quis dizer...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ela pode ter ocorrido, a cobertura... Não, porque tem uma página do **O Globo**, que eu ando com ela guardada, em que o Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, disse: “O Presidente da República conhecia as irregularidades no Banco Nacional.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, aí eu não...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O senhor não conhece essa parte, nunca viu essa matéria?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu vi, mas eu não vou a esse nível. Eu nunca tive uma discussão a esse nível, entende? Eu não posso...



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Tá bom, o senhor não pode afirmar. Não, eu só quero deixar registrado nas notas taquigráficas...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Simplesmente eu me ative... a minha experiência no Banco Central dizia que é difícil explicar como é que o Banco Central...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Aí o senhor disse uma coisa importantíssima para nós aqui, na minha opinião. O senhor tomou conhecimento de negociação do Excel pela... Quer dizer, estava sendo operada a intervenção. Como é que estava sendo feita a operação do interventor para vender o Banco Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu tinha reunião com várias pessoas junto com o meu **advisor**, que é o Swiss Bank, que estava negociando normalmente. E o Banco Central participava disso também. Eu não estou dizendo que o Banco Central não participava, eu só não gostei da atitude do Banco Central de ir à televisão e dizer: “Fechei.”

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, não, quero saber o seguinte: como é que o Excel entra nessa história? O senhor conversou com o Excel?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Claro, há muito tempo vinha conversando. Era um dos oitos interessados.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O senhor conversou com Gilberto Nobre?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Conversei, ele era meu colega de Banco de muitos anos.



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – É isso que eu queria saber. Gilberto Nobre foi seu contemporâneo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Foi.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O senhor estava no Banco Central quando o Gilberto Nobre teve a responsabilidade de conduzir as investigações sobre a evasão de divisas nas denúncias que haviam sobre o Banco Central contra o Banco Excel?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu estava no Banco Central.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – E o senhor sabe que ele arquivou esse processo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu não sei, porque é outra área. É área de câmbio, eu não trabalhei nem na área.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sim, mas eu então lhe informo. O senhor sabe que ele ... O senhor jura que nunca ouviu falar que o Gilberto Nobre arquivou esse processo?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Juro, juro. Quer dizer, eu soube depois, mas aí já estava fora do Banco, já estava...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, é perfeito. Mas...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Enquanto eu convivi lá com ele, nunca soube.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ah, não. Perfeito. Mas sabe que ele virou Vice-Presidente do Excel?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, sim, claro. É que eu nunca quis, eu acho isso aéptico do ponto de vista ...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, estou de acordo. Eu não estou discutindo informação...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O funcionário do Banco Central tinha que sair e ir para casa.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não... Olha, eu não tenho a menor dúvida. Eu não estou colocando, não estou perguntando. Eu estou querendo pegar é o Gilberto Nobre e o Excel.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – *(Risos.)* Está bom. Não, aí eu não ...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, porque a negociação feita com o Banco Central, o nome do Gilberto Nobre vira estrela... Aliás, eu não sei nem onde ele está hoje, porque o Excel está cheio de processo em cima, do qual ele é Vice-Presidente. Então, objetivamente, que operação foi essa que terminou o senhor tomando conhecimento pelo... que acordo foi esse, que força tinha — quem conduziu o processo era Gilberto Nobre — para que esse acordo tivesse sido fechado e a venda tivesse sido feita ao Excel? E o senhor não aceitava o acordo. Quais eram os pontos?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não disse que não aceitava o acordo, eu disse o seguinte: a forma...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Um reparo. O senhor disse que o senhor até aceitaria o acordo se pudesse mexer em "a", "b" ou "c".



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim, porque... O que eu disse foi o seguinte ...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O que é o "a", "b" ou "c" que o senhor mexeria?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, veja, o que eu disse foi o seguinte: eu estou negociando junto com o Banco Central e com o Excel, mas sou eu que estou negociando. Eu que estou negociando. Por quê? Porque eu que tinha que assinar tudo isso. A concentração do poder, entende? Quem assina é o interventor.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O Excel junto com vários outros bancos? A negociação se dava...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, sim, com vários outros bancos e foram...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – E outros bancos com melhores condições materiais que o Excel, certamente?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não sei, não sei. Isso é uma avaliação subjetiva agora, né?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Qual era a comparação que o senhor fazia? Nessa ocasião, o BAMERINDUS era o terceiro banco de varejo, o terceiro banco de varejo do País. O Senador Andrade Vieira, sentado aí, o ex-Senador, disse que o Banco BAMERINDUS chegou a cogitar, mas na análise de custo/ benefício viu que era uma operação muito arriscada entrar no Econômico. O Excel era um banco que tinha potência superior ao BAMERINDUS, nesse momento, para entrar?
(Pausa.) Não, sabe ...



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Mas é difícil.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não doutor, não. Não é difícil, Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É difícil.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sr. Francisco, o senhor tem experiência do Banco Central e emitiu conceitos subjetivos, com os quais eu estou de acordo, claros aqui. O senhor emitiu conceitos subjetivos sobre a questão de títulos da dívida, sobre o papel que o Banco Central tem. O senhor tem trinta anos de experiência lá dentro, conhece as pessoas e sabe muito melhor que esses pobres Deputados, que são especialistas em clínica geral, quais são os meandros dessas conversas.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Hã, hã...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O senhor não saiu dessa intervenção no Banco Econômico para não assinar a questão do Excel só porque soube, pela televisão, que o acordo foi fechado. O senhor tem um temperamento, que eu já vi, que é muito parecido com o meu. O senhor é meio “estamos aí”, mas o senhor não saiu só por isso.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não foi.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então diz por que o senhor saiu, pô.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Porque eu acho que, como eu disse aqui, quem comprar tem que pôr dinheiro. Não era só financiamento 100%. Era isso: por que motivo eu vou aceitar vender um bruta de um ativo ...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Estou satisfeito, era só isso que eu queria do senhor.



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Na verdade, o senhor venderia um ativo de graça? Não.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Estou inteiramente de acordo com o senhor. Perfeito. Então... ou seja, o senhor com a experiência de Banco Central, sendo interventor do Banco Econômico, achou inadmissível colocar sua assinatura naquele tipo de acordo que foi feito para entregar o Econômico ao Excel.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Veja: o acordo em si, ele é válido. Agora, o que eu acho é o seguinte: eu não vendo... por exemplo, se eu for comprar um carro...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Eu já entendi.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu vou comprar um carro, o cara diz: “Não, Flávio, eu não posso financiar 100% com você.” E eu não tenho um senão no ...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Quer dizer, o critério para escolher o Excel, o Excel só pôde comprar porque foi totalmente financiado pelo ...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu acredito que sim, porque ...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ou seja, o que valeu aí não foi decisão de critério econômico técnico dos paradigmas do Banco Central, mas, sim, uma decisão de deliberação política.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu acho que pode ser técnica também. Pode, pode, porque...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Mas o técnico, o que o senhor fala para esse técnico que determina isso?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Por exemplo, ele, para mim, eu abstraindo tudo o mais, eu, se ele chega para mim e diz assim: “Está bem, Flávio, eu tenho só 250 milhões de patrimônio e estou comprando um negocinho que é bastante...” É o coelho e a raposa, né? Quer dizer, a diferença é brutal. “Mas eu ponho o dinheiro que você quer. Para cada um real que eu tenha do PROER, eu ponho 25 centavos.” Eu estaria satisfeito.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Perfeito, entendi.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Entendeu o que quero dizer?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Agora, só uma pergunta final.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Que era muito mais do que o patrimônio dele, eu acho.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Exato, claro. É isso que eu queria ouvir.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu tinha que tirar dinheiro de algum lugar.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Agora, naquela ocasião, o senhor teve participação nos debates intensos que se realizaram, a sua passagem pela intervenção foi uma passagem que o senhor quebrou toda a perna. Eu queria saber o seguinte: não havia nenhuma conversa... como é que o senhor via essa operação do Nacional acontecendo ao seu lado?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu confesso ao senhor que a gente percebia, entende. Eu percebia, mas eu confio muito na minha Casa, sabe?



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, não. Olha, eu tenho uma intensa, imensa confiança no Banco Central. Acho que é uma instituição importante. Agora, o problema não é confiar no Banco Central. A minha discussão é sobre políticas conjunturais de determinadas diretorias no Banco Central. Até, no caso, era um diretor de carreira, era um presidente de carreira. Mas não é... Francisco Lopes... Quer dizer, pode ter alguém que caia ali que não seja de carreira. Francisco Gros já foi Presidente do Banco Central.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, tá. Mas eu já tive diretoria do Banco Central...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ângelo Calmon de Sá já esteve ali. Não. No Banco Central, não. Foi Ministro só...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Foi Banco do Brasil, exato. Então, os critérios não são obrigatoriamente, não têm nada... Eu sou um defensor do Banco do Brasil. Eu quero ver no Banco Central sempre alguém de carreira. Então, não é esse o problema. Como é que o senhor analisaria aquela questão?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, eu já tive diretoria no Banco Central que Deus me livre.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Nacional, essa cooperação do Nacional? Como é que o senhor explica que uma entidade... Porque eu estou aproveitando aqui para discutir PROER, e aí eu estou perguntando a quem tinha competência suficiente para ser indicado para interventor do Banco Econômico como é que o Banco Central opera aquela questão do Banco Nacional. Inclusive não é só em relação ao Nacional, em relação ao Itaú, ao BRADESCO, ao Real e a



benesse que receberam com a compra dos títulos dos fundos. Como é que o senhor vê essa operação? Ou seja, o Nacional recebe dinheiro, compra título desses três. Esses títulos não valem, por exemplo, como garantia — que o BAMERINDUS tinha em carteira para não haver intervenção nele na hora que entregaram o BAMERINDUS e o HSBC. Esses títulos foram os títulos que garantiram a compra do UNIBANCO pelo... A compra do Nacional pelo UNIBANCO foi uma operação toda organizada pelo Banco Central. Como é que o senhor viu essa operação desses fundos de compensação, esse que o senhor disse que não era valor nulo, que o senhor colocou em provisão total no Banco Econômico?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu tive que provisionar.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Exato, porque... Qual era a sua avaliação desses títulos?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É difícil de receber. Difícil de receber do Governo. Então, eu tive que provisionar.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então, essa operação... o senhor acha que, então, houve uma operação temerária do Banco Central nessa operação?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É uma coisa de ...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, estou perguntando a sua avaliação como interventor no processo do PROER.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, eu não sei se eu pagaria o que pagou, não. Eu negociaria de outra forma.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Estou satisfeito. Era só isso que eu queria que se registrasse na ata. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu só queria fazer uma pergunta complementar — acho que é importante — nessa questão que o senhor falou sobre a operação feita com o Excel. O senhor participou das operações, das tentativas de...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Negociação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – De negociação. No último momento, se sentiu ... até usou a expressão “marido traído”. Eu gostaria de perguntar: nesse processo de negociação existiu algum momento em que houve alguma proposta firme que se poderia dizer que é melhor do que aquela que no fim saiu, ou seja, a operação com o Excel? Houve alguma proposta firme que foi desconsiderada, por alguma razão teria sido desconsiderada, melhor do que essa final do Excel?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, porque ele não cumpriu, ele não quis dar a contrapartida que eu queira. Então, nós íamos ficar naquele... Ele não saía...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ele quem? Ele quem?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – O Excel, o grupo Excel. Entende?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O Excel não queria dar, sim, nas negociações que o senhor estava participando. Mas alguém, algum outro o fez?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Ah, não.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Algum outro propunha alguma coisa mais concreta, mais positiva, melhor?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. Os outros eram piores.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Está bom, é isso.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Os outros eram piores, os outros eram piores. Os benefícios que eles queriam eram muito piores. Então, eu fui abandonado. Inclusive tive discussões com vários grupos sérios. Cheguei a falar com um lá que eu não falava mais com os porcos, só falava com o dono dos porcos. Se quisesse falar comigo tinha que ser o dono. Tive que falar uma vez isso para um negociador de um deles. É que é difícil mesmo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – São três questões pontuais, até para explicar a V.Sa. Nós estamos tendo uma preocupação de, à medida... Já que os fatos estão ocorrendo, os documentos chegando e os depoimentos acontecendo, levantar as questões que estão sendo contraditórias para, pelo menos, deixar registrado. A relevância nós vamos avaliar depois, quando da elaboração do relatório final. E nos depoimentos até agora apresentados, primeiro, se verifica a constância dos controladores com relação a críticas à forma de administração no processo de intervenção. Outro fato que vem forte, e é uma das vertentes da CPI, é a questão judicial, em especial a questão criminal. E nós tomamos o cuidado de levantar todos os procedimentos de investigação junto ao Ministério Público. Portanto, isso é oportuno, já está em tramitação, mesmo porque é o titular da ação



penal. Mas, de qualquer maneira, nós estamos levantando se há fatos novos ou em que fase estão. E fica clara também a discricionariedade dada em especial aos interventores. Bom, então, em função dessas preliminares, eu queria perguntar: primeiro, o Sr. Calmon de Sá afirmou em seu depoimento que a participação do Econômico na CONEPAR foi avaliada pela Comissão de Inquérito por 18 milhões de reais e foi vendida recentemente por 785 milhões de reais. O senhor confirma esses valores? E por que essa discrepância?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, eu não confirmo os valores, porque eu não sei o valor dado pela Comissão de Inquérito. O que eu confirmo é o seguinte: quando eu fiz a primeira tentativa de venda da CONEPAR, eu queria muito mais do que isso. Eu não venderia por isso não. E eu fiz uma concorrência no mundo inteiro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Muito mais do que qual número, qual dos dois?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Eu não venderia, à época, 1996 aproximadamente, eu queria mais ou menos em torno de 1 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Mas o senhor tem conhecimento que a Comissão de Inquérito trabalhou em 18 milhões de reais?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Talvez com a desvalorização da moeda e tal, aquelas coisas todas, tenha caído um pouco o preço, mas à época eu queria isso. A minha concorrência era no mundo inteiro. Eu tive umas quarenta ou cinquenta propostas de... propostas não, interesse; cartas de interesse de entrar no processo licitatório para a compra da CONEPAR, que é um



bem muito valioso. E realmente, embora 780 milhões, hoje também tem seu valor muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Muitas operações de vulto foram realizadas próximas ao processo de intervenção, inclusive no dia. V.Sa. já respondeu, entendeu como poder discricionário a manutenção de certas operações. Então, a pergunta é: o senhor tem conhecimento de quem eram os controladores da colonizadora Vila Rica, contra o qual o Banco Econômico teria um crédito no dia da decretação da intervenção?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, não lembro. Mas eu, assim, vagamente, eu sei dessa operação, mas não estou com convicção para falar sobre ela. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Mas essa operação também não foi cancelada.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – É, é problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Sobre os empréstimos a essas empresas, Usina Massau-Açu(?) e Jackson Camar Lins Empreiteira e Serviços Ltda.(?) ...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Elas constavam da relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – O Sr. Calmon de Sá afirmou, perante a CPI, que o Banco Central havia determinado o refinanciamento de dívidas com encargos de 90% da TR. Esse refinanciamento motivou um processo contra a administração do Banco Econômico, por gestão temerária. V.Sa. apurou esses fatos?



O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Quer dizer, houve alguma medida por parte da intervenção com relação...

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim, foi encaminhado tudo à Comissão de Inquérito para levantamento de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Mas a operação foi preservada.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim, porque ela já estava feita. Ela já tinha sido feita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – E sobre os empréstimos às empresas Moviplan Projetos e Incorporações Ltda. e Personal Empreendimentos Ltda., cuja constituição deu-se alguns dias antes das operações, V.Sa. tem conhecimento da finalidade dos créditos concedidos?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Sim, tudo. E foi tudo encaminhado para a Comissão de Inquérito, para levantamento delas e ver os indícios que tinham de fraude ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Mas nenhuma dessas operações foi cancelada pela intervenção.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, porque já tinham sido feitas. Quando elas estão... Elas tinham sido realizadas, você não pode fazer mais nada. A única coisa que eu poderia ter feito no dia da intervenção era honrar ou não honrar a compensação, porque elas estavam sendo transitórias.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Mas todas as operações honradas no dia? Não há conhecimento de nenhuma operação que tenha sido cancelada a partir da intervenção.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Como assim? Cancelada como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Alguma compensação.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Dessas aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Dessas ou, eventualmente, de outra operação.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não. O que houve foi o seguinte: eu honrei a compensação. agora, algumas operações que tinham, que estavam dependendo da compensação, algumas eu briguei e não cumpri não. A compensação praticamente eu fechei, entende, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Essas outras operações constam no inquérito?

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Não, consta... Não, no inquérito não, porque não tinha nada que ver com o inquérito, era do dia, a operação do dia. Os cheques, os saques, as aplicações seriam honradas ou não seriam honradas, entende o que eu quero dizer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Hum, hum.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Então, eu honrei toda a compensação, menos aqueles que eu achei que não devia. Eu achei que não devia e pronto, deve estar o problema até hoje brigando na Justiça, qualquer coisa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Certo. Eu agradeço também, porque o objetivo é constarem esses fatos. Depois, enfim, será feita a avaliação da relevância ou não dessas informações.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Eu consulto V.Sa. se teria mais alguma informação a prestar ou gostaria de registrar uma manifestação final.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Só queria agradecer a gentileza de todos vocês. Eu fiquei muito preocupado com aquela palavra brincadeira, mas só foi uma forma de falar. Jamais, em tempo algum, eu deixei de... Foi uma coisa muito séria. Realmente eu me expressei de uma maneira que não devia. Aquela palavra eu não devia ter tido, brincadeira. A brincadeirinha ficou cara, eu não devia ter dito isso. Eu gostaria que vocês relevassem isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Eu agradeço ao Dr. Francisco Flávio Salles Barbosa pelo comparecimento, pelos esclarecimentos prestados, pelo pronto atendimento e peço à assessoria que convoque o Dr. Flávio Cunha, último interventor e liquidante do Banco Econômico.

O SR. FRANCISCO FLÁVIO SALLES BARBOSA – Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Convido o Dr. Flávio Cunha para sentar. *(Pausa.)* Concedo a palavra agora ao Dr. Flávio Cunha, interventor do Banco Econômico no período de 10 de janeiro de 1996 a 9 de agosto de 1996 e liquidante da mesma instituição no período de 9 de agosto de 1996 a 2 de abril de 2001. Com a palavra o Dr. Flávio Cunha.



O SR. FLÁVIO CUNHA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, senhoras e senhores, o nosso cargo de liquidante é um cargo técnico e eu, respeitosamente, abro mão do tempo que me é concedido para as preliminares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Dr. Flávio, o senhor era funcionário da ativa quando foi indicado para liquidante do Banco Econômico. Eu lhe perguntaria: isso não tem sido, não era comum... Normalmente os liquidantes são funcionários aposentados. Parece-lhe algo positivo que o liquidante seja um funcionário da ativa e não um funcionário do Banco Central ou outra pessoa qualquer?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Sr. Relator, eu já era aposentado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Já era.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu me aposentei em 1985.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – De qualquer forma, então, o senhor tem uma opinião sobre isso, o fato de serem os liquidantes sempre pessoas aposentadas?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Veja, o Banco Central procura preservar o seu quadro de funcionários, que hoje em dia já não é um quadro tão elevado, e utiliza-se das pessoas aposentadas, talvez até para aproveitar a experiência de alguns que já estiveram na área.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O.k. O senhor, inclusive, foi, na realidade, interventor na fase final, antes da liquidação, e foi o liquidante durante um período que “medeia” 9/8/96 até 2/4/2001.



O SR. FLÁVIO CUNHA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Quase cinco anos, portanto, na função de liquidante. Apenas agora, em abril de 2001, o senhor deixou a função de liquidante para o Dr. Natalício Pegorini. Bem, eu gostaria de saber algumas informações aqui, que nós tiramos aqui da... O senhor tem alguma idéia hoje — é claro, o senhor não tem neste momento, mas pode ter uma idéia aproximada, já que o senhor saiu em abril dessa função de liquidante — ou pelo menos tem os dados para abril, pode nos dar em abril, os valores da massa ativa e da massa passiva? Como é que se encontra a situação massa ativa e massa passiva?

O SR. FLÁVIO CUNHA – A massa ativa estava em torno de 10 bilhões, por aí assim, e a massa passiva tinha uns 2 milhões e meio a mais. Eu tenho os dados aqui. Se o senhor quiser que eu pegue...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Se quiser nos dar os dados mais exatos, tudo bem. Isso em abril, não é? É o dado de abril?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Março.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Março.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Em 31 de março, nós tínhamos um ativo de 11.072 — perdão pelo nós, é o vício, são quase cinco anos — e a massa passiva do Banco Econômico era 2 bilhões e 490 a menos. Ou seja, o patrimônio líquido era negativo em 2 bilhões, 490.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Em que data isso?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Em 31/03/2001.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O patrimônio era negativo em 2 bilhões.



O SR. FLÁVIO CUNHA – Dois bilhões, 490.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Só para ter uma idéia, nessa massa ativa, como é que estão os títulos do Governo? Como é que eles estão representados, os títulos do Governo, nisso, nessa massa ativa?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Nós temos aqui 7 bilhões, 174 milhões em títulos e valores mobiliários, dos quais 6 bilhões, 830 são títulos vinculados ao BACEN.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É o FCVC?

O SR. FLÁVIO CUNHA – E mais 344, que são outros títulos mobiliários. Além disso, nós teríamos os FCVS, que também estão vinculados, mas em uma conta diferente. E temos mais, então, 2 bilhões e 400 aí em outras contas. Somando os dois, nós chegamos aí a 9 bilhões e meio mais ou menos de títulos ativos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Portanto, tem um patrimônio negativo de 2,5 bilhões.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Dois bilhões, 490.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Dois bilhões e meio, aproximadamente.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Qual a expectativa da evolução dessas duas contas que o senhor tem para o futuro?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Olha, nessa época de 31 de março nós já estávamos tendo a alta da taxa de dólar. Tudo vai depender de como serão os negociados esses títulos. Essa é uma projeção que fica difícil a gente poder fazer, porque depende de como o Banco Central vai querer tratar a liquidação desses títulos.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Como é que esses créditos em relação ao Governo estão lançados? Com que tipo de deságio, como é que foi calculado?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eles estão utilizando a Circular 550, que tem os valores de mercado e temos os valores... Nós temos os valores de aquisição corrigidos. Compara-se com o valor de mercado e se faz uma provisão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O valor da aquisição corrigido comparado com...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Corrigido, apropria-se deságio, porque esses títulos têm vinte anos de vencimento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Isso.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Então, eles têm um deságio por esses vinte anos. A cada período esse deságio é incorporado ao principal.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Portanto, esse valor do ativo seria um valor real, bastante próximo da realidade.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Próximo da realidade. Nós não poderíamos chegar tão perto da realidade porque as NTN's, como já foi dito aqui em outras oportunidades, elas não têm mercado. Se elas não têm mercado, nós não podemos chegar a um real valor dela.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Certo. Isso significaria, nós poderíamos admitir que com esse tipo de raciocínio nós teríamos no Banco Econômico, vamos dizer, fechado hoje, terminado hoje, teríamos um prejuízo de 2 bilhões e meio? O Banco Central teria um prejuízo de 2 bilhões e meio?



O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu não poderia afirmar isso para o senhor, porque, como disse, depende de como esses títulos venham a ser negociados. Nós temos notícias pela imprensa de que há uma disposição de se negociar esses títulos através de um leilão. Nós não sabemos qual vai ser o resultado desse leilão. A expectativa pode ser boa, pode não ser tão boa, dependeria dessa condicionante.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ou seja, mas se forem negociados nesses valores que estão no balanço...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Se fossem negociados...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – ...nós teríamos um prejuízo de dois...

O SR. FLÁVIO CUNHA – O prejuízo contábil é esse. Não quer dizer que ele seja o real.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sim. Há perspectiva... e a perspectiva, pelo que se vê, é de que esse ativo cresça mais do que o passivo.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Sim, pelas taxas que são praticadas. Nós sabemos que o passivo cresce somente pela TR, enquanto que o ativo cresce por outras taxas diversas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Por que o passivo só cresce pela TR? Porque a legislação estabelece a TR como mínimo, não como máximo, apenas como mínimo.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Como mínimo. Na verdade a lei diz que enquanto a massa for negativa não incidem juros sobre a massa, ela só é obrigada a corrigir pela TR. Quando ela se torna equilibrada ou, melhor dizendo, quando ela se torna



superavitária, então ela tem um juro de 6%. Se ainda continuar superavitária, esse juro vai a doze e, se ainda continuar superavitária, ela chega às taxas contratuais.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – De qualquer forma, neste momento, enquanto é negativo, enquanto nós temos um patrimônio negativo, é de se supor que há algum tipo de, não vou chamar de prejuízo, de custo, mas o passivo, que é o recebimento por parte do Banco Central, está sendo reajustado — se esse termo for correto para ser utilizador —, a taxas inferiores, evidentemente, do que o ativo.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu não diria só o passivo do Banco Central, eu diria o passivo de todos os credores da massa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Todos os credores da massa. Exatamente sobre esse aspecto, quando a gente fala que é 2 bilhões e meio o patrimônio negativo, é possível separar aquilo que é PROER e aquilo que não é PROER? Não tem uma reserva bancária?

O SR. FLÁVIO CUNHA – É claro que é possível. Nós temos uma hierarquia de credores. Nós temos, em primeiro lugar, os credores privilegiados, que são aqueles trabalhistas. Depois nós temos as obrigações fiscais, onde se incluem todos os créditos governamentais, e o Banco Central está aí no meio deles com a sua preferência, depois então vêm os quirografários.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sim, o que eu estava me referindo é o seguinte: aquilo que é crédito do Banco Central...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – ...você tem duas origens. Uma das origens é o PROER...



O SR. FLÁVIO CUNHA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – ... que tem, em tese, sua garantia.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – A outra origem é o desconto de liquidez.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Sim. Pelos números que tenho aqui, nós teríamos, nessa data, um número igual a sete e duzentos como sendo o PROER e dois e quinhentos como sendo outros saldos credores de reservas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Das reservas do Banco Central?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Isso.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Quer dizer, o Banco Central como credor de sete e meio mais dois e meio.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Mais dois e meio, o que dá onze e meio.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sete e meio mais dois e meio, dez.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Perfeito. É que tem um outro valor aqui de outros credores. Por isso que eu fui logo na parte de cima.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O que se poderia dizer, portanto: se nós admitirmos que o PROER tem as garantias e se nós chegamos ao patrimônio negativo de dois e meio, por coincidência, o mesmo número que teria, dois e meio, na reserva bancária do Banco Central, que foi utilizada como crédito de liquidez, né?



O SR. FLÁVIO CUNHA – Sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Poderíamos dizer que o prejuízo nesse momento não é o PROER. Claro que essa separação não pode ser feita. É virtual isso daqui. Não é o PROER, mas são aqueles outros, aquelas outras liberações que tinham sido feitas e que se mantêm aí como crédito do Banco Central.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Nós diríamos que o PROER faz parte, né?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O PROER faz parte. O Dr. Ângelo Calmon de Sá aqui nos disse que ele tem quase absoluta certeza de que o PROER acabará tendo um custo zero. O interventor que esteve agora há pouco acha que vai ter superávit. O senhor entende mais ou menos dessa forma também? Uma opinião.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu voltaria a dizer que tudo depende do momento em que nós vamos liquidar esse PROER, no momento em que nós vamos encerrar esse processo, porque as garantias oferecidas ao PROER, elas cobriam 120% do valor liberado. Como o crescimento é mais ou menos semelhante, se nós fôssemos até o final, até o vencimento final das garantias, com certeza nós não teríamos nenhum prejuízo no PROER. Se esse processo for interrompido no meio e se nós tivermos somente as garantias para fazer face a esses pagamentos, eu não acredito que possa haver a cobertura, mas eu tenho certeza que outros ativos poderão entrar nesse concurso para que se possa fechar a conta do PROER.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas se poderia entender, portanto, que as garantias que acabaram sendo dadas para o PROER no processo



todo, aquela renegociação, as garantias que tem no PROER não só estão cobrindo o PROER, mas estão cobrindo também os outros créditos que não tinham garantia?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, eu não poderia ter toda essa certeza, porque a evolução desses ativos e desses passivos no tempo é que iria nos dizer o resultado final.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas isso poderia acontecer?

O SR. FLÁVIO CUNHA – De os ativos garantirem outras, não vejo impossível. Mas, como disse ao senhor, vou reforçar: nós teríamos que aguardar o final para ter uma idéia efetiva.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Nesse processo que está se dando, nessa evolução das contas, está havendo uma amortização da dívida de uma forma rápida? Parece que este ano, no primeiro semestre, em algum momento, o Banco Central já se amortizou, só este ano, em 1 bilhão e 300 milhões?

O SR. FLÁVIO CUNHA – É verdade. Esses títulos cambiais, eles rendem juros. Esses juros ficam no Banco Central, à disposição da massa. Ao longo do tempo, acumulou-se um determinado valor, e o Banco Central entendeu que ele poderia deixar uma certa quantia à disposição do liquidante...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Para amortizar.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, para fazer face aos passivos com mais prioridade do que ele, trabalhistas e outros que tais. E, então, se pagou desse valor de 1 bilhão e 300 que o senhor falou agora.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Os passivos trabalhistas foram todos liquidados já?



O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, senhor. Nós temos ainda alguma coisa... Desculpe pelo “nós” novamente. O Banco Econômico tem ainda alguma coisa para ser liquidada, em torno, estimado, de 166 milhões, mas isso se está fazendo... estão sendo feitos acordos trabalhistas, e sempre há uma possibilidade de que esse número se reduza.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E as dívidas de impostos?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Veja, dívida de imposto como encargo da massa não existe. Ou seja, desde a liquidação, o Banco vem pagando os seus tributos. O que nós temos é uma disputa com a Receita Federal sobre questionamentos que ela tem feito conosco.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – A Receita tem feito cobranças?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Sim, ao longo de períodos anteriores à liquidação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Porque o que nós temos informação do Dr. Andrade Vieira do Banco BAMERINDUS é o contrário: é o Banco BAMERINDUS que está cobrando da Receita Federal. Isso não existe, no caso do Econômico?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Na verdade, nós estamos pugnando por não pagar. Nós estamos sendo cobrados e estamos dizendo: nós não devemos isso. E há algum processo que nós estamos pedindo restituição. O Banco Econômico tem algum passivo fiscal, isso sim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Quanto eram esses títulos da dívida externa, esses valores que estavam em títulos da dívida externa e que, portanto, têm correção cambial? Qual era o valor, o montante, o senhor lembra?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Sim, o valor montante é de 3 bilhões e duzentos.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ah, valor...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Valor de face; valor de face.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O valor de face, em real?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, em dólar.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Três bilhões e duzentos milhões de dólares o valor de face?

O SR. FLÁVIO CUNHA - Dólares, dólares.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Então, a perspectiva efetiva de se chegar...

O SR. FLÁVIO CUNHA – O senhor me dá licença?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Pois não. De se chegar ao final com essa valorização do dólar me parece bastante concreta, de se chegar ao zero.

O SR. FLÁVIO CUNHA – É a expectativa, é a expectativa. Eu tenho aqui 3 bilhões, 230, 750. É o valor de face em dólares.

(Não identificado) – Pode repetir, por favor.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Pois não: 3 bilhões, 230, 750.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O Dr. Ângelo Calmon de Sá tem criado alguma dificuldade no processo de liquidação?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Nenhuma, nenhuma. Eu não posso me queixar, absolutamente. Ele sempre foi muito cooperativo. Eu tenho, inclusive, por escrito, a disposição dele de ajudar, porque uma das coisas complicadas é a cobrança dos créditos e, normalmente, quem concedeu o crédito sempre tem um pouco mais de conhecimento e pode ajudar nessa cobrança. Ele sempre foi muito cooperativo e muito pró-ativo.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ele disse aqui, no seu depoimento: “Eu espero que o Banco Central, antes de socorrer...” Uma pergunta do Deputado Ivan Valente: “A qualquer momento o senhor pode ser beneficiário dessa situação, dado que os títulos ficaram na mão do senhor”. Não sei exatamente ao que ele se referia. Mas ele respondeu: “Eu espero que o Banco Central, antes de socorrer, transforme a liquidação em ordinária”. Isso é uma possibilidade, essa transformação?

O SR. FLÁVIO CUNHA – É uma possibilidade. Quando nós temos a igualdade de ativos e passivos, não há mais por que o Banco Central continuar como juiz da liquidação. Então, ele transforma em ordinária, uma vez que todos os credores estão respaldados por ativos. E a liquidação ordinária quer dizer: ele entrega a um liquidante que venha a ser nomeado então pelo controlador. Ele não está devolvendo o Banco. O Dr. Ângelo não receberia outra vez o Banco Econômico para atuar como um banco. Ele atuará como uma empresa que terá a finalidade de liquidar o quanto sobrou de ativos e passivos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O Dr. Ângelo não vira banqueiro de novo?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não vira banqueiro de novo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Ou seja, ele morreu. Como banqueiro, morreu.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Ele declarou aqui que nem quer ser mais banqueiro. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não, isso já é outra história.



O SR. FLÁVIO CUNHA – É, mas ele não vira banqueiro. Não com o Banco Econômico.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Aqui tem uma questão que foi colocada. A proposta inicial de venda da empresa fabricante de Coca-Cola vinculada ao Grupo Econômico teria sido de 100 milhões de dólares, e parece que durante a intervenção ela teria sido vendida por 50 milhões de reais. Por favor, gostaria de receber algumas informações a respeito disso.

O SR. FLÁVIO CUNHA – É, na verdade é isso mesmo. Eu tenho aqui uma carta que me foi encaminhada em 6 de agosto de 96, onde mostra uma avaliação feita das empresas distribuidoras de Coca-Cola: entre 81 a 90 milhões de dólares para uma delas, que se chamava Grape, e outra de 11 a 14 milhões, que se chamava... Perdão, a primeira se chamava Refrigerante da Bahia, de 81 a 90, e a segunda, Grape, que era transportadora, de 11 a 14. Somando os dois, nós chegamos ao redor de 100 milhões de dólares.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E ela foi vendida durante a intervenção por quanto?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Na verdade, ela não foi vendida durante a intervenção. Ela foi vendida depois de suspenso o processo de intervenção. E não foi bem uma venda, foi um arrendamento. A Coca-Cola suspendeu a franquia que dava às empresas do Dr. Ângelo Calmon de Sá.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Então, não foi vendida, houve...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Houve esse arrendamento, por um prazo longo, com pagamentos parcelados, e que chegaram a sessenta e poucos milhões de dólares, mas já não mais na intervenção.



O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas foi, então, durante o período da liquidação?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, ela não entrou em liquidação. Quando terminou a intervenção, por ela estar equilibrada e haver uma possibilidade, aqui, da Coca-Cola — na época fui até procurado por dirigentes da Coca-Cola —, e, justamente por essa avaliação feita, opinou-se por suspender a intervenção e devolver as empresas ao controlador.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Além desses títulos que são créditos que o Banco tem, que a massa tem, existem outros créditos que estão sendo cobrados, passíveis de serem cobrados, além do prazo? Nós já estamos a cinco anos da...

O SR. FLÁVIO CUNHA – ...da liquidação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Há cinco anos. O senhor imagina que aquilo que foi cobrado em cinco anos, o que foi possível cobrar cobrou, o que não foi cobrado dificilmente se cobra mais.

O SR. FLÁVIO CUNHA – É, vamos fazer uma separação, para poder explicar um pouco melhor. Nós tivemos agora a venda da indústria petroquímica, do braço petroquímico do Banco Econômico, que era a Econômico Empreendimentos. Ela foi vendida por 785 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É verdade que a comissão de inquérito calculou em 18 milhões, o valor apropriado, pela comissão de inquérito?

O SR. FLÁVIO CUNHA – É, é verdade. Na verdade, ela calculou a CONEPAR. A Econômico Empreendimentos, ela é a controladora da CONEPAR. E na época a Econômico Empreendimentos tinha outras empresas embaixo dela, e eu



não me lembro qual foi o valor dado à Econômico Empreendimentos, mas à CONEPAR o valor dado foi esse. Foram tirados por estimativas contábeis. Mas, então, continuando a resposta à sua pergunta, nós temos um outro ativo, que é a participação do Banco Econômico — quando eu falo Banco Econômico eu falo do grupo — na Açominas. O Banco Econômico participa com dezessete vírgula qualquer coisa por cento do capital da Açominas, faz parte do grupo de controle da Açominas. E houve recentemente o anúncio de um leilão, que estava se apregoando um valor mínimo de cerca de quatrocentos e oitenta e qualquer coisa milhões de reais. Nós soubemos, pela imprensa, que não houve nenhum interessado. Além disso, existe uma outra empresa, também petroquímica, de menor valor, que nós temos notícia também pela imprensa que ela deverá ser leiloada nos próximos dias. Então, esses são os ativos relevantes. Como o senhor mencionou antes créditos — e o senhor estava correto quando o senhor fez a sua afirmação —, eu vou tentar dar um exemplo. Imagine que nós temos uma quantidade de créditos na época em que o Banco Econômico foi transferido, teve os seus ativos transferidos para o Excel. O Excel teve a oportunidade de escolher o que queria dentre aqueles créditos. Evidentemente, ele pegou aqueles que ele julgou serem os de melhor qualidade. Os que ficaram seriam aqueles de qualidade um pouco mais pobre. Durante esses cinco anos, nós cobramos aí — perdão novamente pelo “nós” —, o Banco Econômico cobrou cerca de 150, 160 milhões de créditos. Então, o que está lá hoje realmente tem uma expectativa muito baixa de ser cobrada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Basicamente, portanto, os ativos hoje são os créditos perante o Governo.



O SR. FLÁVIO CUNHA – Perante o Governo. E esses ativos todos a que nós nos referíamos agora há pouco, eles estão todos provisionados, 100% provisionados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Esses que o senhor está entendendo de difícil cobrança?

O SR. FLÁVIO CUNHA – De difícil cobrança.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Com a palavra o Deputado Milton Temer.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Dr. Flávio, eu só queria que o senhor me explicasse essa operação, que para mim não está... para eu entender. O senhor sucede ao Dr. Flávio, o seu xará, já depois da negociação do Excel?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, na verdade eu diria que foi no período da negociação, porque o meu antecessor saiu logo no início de janeiro, final de dezembro. Naquela época se anunciava que o Banco Excel estaria interessado, teria apresentado uma proposta ou iria apresentar uma proposta. Já estava, eu diria, bem encaminhada a negociação.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Essa negociação, segundo as palavras do seu antecessor, foi a entrega do Econômico ao Excel com a operação totalmente financiada pelo Banco Central.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, veja bem, eu não...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, estou dizendo o que ele disse.



O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, tudo bem. O que acontece é o seguinte: nós tínhamos o balanço do Banco Econômico na época e o Banco Excel fez a proposta. Dentro do...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Que proposta o Banco Excel fez?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Eu não tenho os dados dela aqui, mas ela se propôs a comprar ativos e passivos do Banco Econômico, desde que em valores equivalentes. Assumia lá os compromissos, etc., desde que houvesse o ativo correspondente. Nós passamos, então, ao exame desses ativos. O Excel contratou uma empresa de auditoria e, junto com os técnicos do Banco Econômico, acompanhados por alguns assistentes que havia lá na ocasião, do Banco Central, foram analisados todos esses valores, e o Banco Excel disse: “isso aqui eu quero, isto aqui eu não quero.” E assim foi indo, até que nós chegamos a um valor total de ativos a serem absorvidos pelo Banco Excel.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Quem fazia negociação pelo Excel? Era o Dr. Gilberto Nobre?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, na verdade, o Dr. Gilberto Nobre, ele não estava no dia-a-dia. O Dr. Gilberto Nobre fazia os contatos no Banco Central. Essa negociação é evidente que se fazia na esfera do Banco Central, a apuração de valores era feita para empresa de auditoria.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Quer dizer que era o Dr. Gilberto Nobre quem fazia os contatos com o Banco Central na operação?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Havia mais pessoas que o assessoravam.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sei. Mas ele era o condutor como Vice-Presidente. Não era o...?



O SR. FLÁVIO CUNHA – O Dr. Ezequiel?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O Ezequiel.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, o Dr. Ezequiel também compareceu a reuniões, como outros diretores também compareceram à reunião.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Essa operação desses títulos da dívida externa do Banco Econômico, esse valor 3 milhões, 230 mil, 750 reais, eles correspondiam à conversão em reais dos títulos a que valores? Quer dizer, como foi feito esse cálculo? Que era isso?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Na época, pelos números que me foram passados, o total do PROER foi de 5 bilhões, 226, 231 — estou falando em reais.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Está o.k.

O SR. FLÁVIO CUNHA – A operação foi garantida por esses 3 bilhões, 230, que tinham o valor de face de 3, 230. O valor de aquisição desses títulos, em dólar: 1 bilhão, 736, 127.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O que isso quer dizer? Quem recebeu esse valor de aquisição.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, veja: o papel era de 20 anos. Então, fazendo o deságio e trazendo a valor presente, ele chegava a 1, 730, em dólar. Isso correspondeu em reais a 1, 730...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Não, não. Reais, a três...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Em dólar era 1, 736.

O SR. FLÁVIO CUNHA – É, valor de face: 3, 230. Valor presente: 1, 736. Quanto custou esse 1, 736, em reais? 1, 730.



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Um, 730 em reais...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Em reais.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER - ...que forem entregues à massa...?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, o senhor me permite continuar, para ficar mais fácil?

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – É, explica.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Depois, outros títulos entraram como garantia. Por exemplo, nós tivemos valor de face de FCVS 1,835...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ou seja, esse 1, 730 é o único que entrou com correção cambial.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Única coisa com correção cambial.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Está.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Depois nós tivemos FCVS.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Quanto?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Valor de face: 1,835 — vamos facilitar. Custou 781.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – No caso do Econômico, o valor de face do FCVS era...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Um, 835. Nós pagamos 42.57 por esse valor.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Quarenta e dois por cento, ponto...?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Do valor de face. Isso dá 781.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Eu fiz um...

O SR. FLÁVIO CUNHA – SUNAMAM. Nós tínhamos 536 milhões. Foram comprados a 57,57%, custaram 308. E ELET, que é ELETROBRÁS, 160 milhões,



que custaram 67 milhões. Isso, grosso modo, dá um preço de aquisição em reais de 1, 157.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Eu queria fazer então essa pergunta só. Porque muito do oba-oba que se cria hoje em torno do lucro é que... Qual é a correção que se dá a essa aplicação de PROER no Banco Econômico: 5 bilhões 226, 231? Qual é esse valor hoje, o correspondente? Qual é o cálculo que o Banco Central faz?

O SR. FLÁVIO CUNHA – TR, TR.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ou seja, isso vale quanto hoje?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Sete bilhões e pouco, pelo número que eu dei agora há pouco.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Sete bi. Ou seja, qual foi a diferença... O senhor tem a diferença da evolução da dívida, da evolução dos créditos em título da dívida pública e da evolução da dívida em relação ao PROER?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, esse cálculo eu não tenho.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O que eu estou dizendo é o seguinte: de 5, 222 foi para quanto?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Foi para sete, duzentos e alguma coisa.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Esses títulos, 1 bilhão, 736, valem quanto hoje com a correção cambial?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu vou voltar àquela colocação anterior. Neste momento, isto aqui se chamava Par-bonds. Eram os nossos queridos bancos...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Foram trocados por LTNs...



O SR. FLÁVIO CUNHA –... que não têm valor de mercado. Então, hoje, esse leilão que se pretende fazer, justamente porque o papel é de longo prazo...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Com os FCVS também era.

O SR. FLÁVIO CUNHA – É, mas o valor fica duvidoso. Por isso que já existem aí alguns controladores que estão tomando providências para evitar que essa venda ocorra.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – É isso que eu estou... Mas por que se diz que isso, por que se diz que hoje o PROER seria ressarcido? É em cima fundamentalmente? Porque os outros créditos que foram feitos têm correção em TR também: SUNAMAM... Os outros que foram feitos, além desses Par-bonds, a correção deles é em TR.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não vamos confundir o ativo com o passivo. A correção dos títulos é a correção que eles têm. O TR é o passivo. O que corrige TR é o crédito que tem o Banco Central...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Então, ele está subindo pela escada e o título...

O SR. FLÁVIO CUNHA – Isso, isso.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – E essa transformação, ou seja, nós vamos ter, de qualquer maneira, em dólar... Continuamos no prejuízo, independentemente... Se formos fazer a conversão em dólar de todos os valores, o prejuízo em relação ao Banco Econômico continua acentuado.

O SR. FLÁVIO CUNHA – É difícil afirmar, Sr. Deputado. É difícil afirmar, porque nós teríamos que aguardar o momento certo da realização. O senhor veja...



O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – O diretor do Banco Central anuncia a venda agora e o Dr. Ângelo Calmon de Sá , o ex-controlador, é que contesta, porque quer receber **a posteriori**. Ele diz que agora apenas se pagaria aos credores.

O SR. FLÁVIO CUNHA – É exatamente isso que eu estou dizendo ao senhor: depende do momento em que nós formos vender. O Dr. Ângelo afirma que se for vender agora ele não consegue um preço razoável, e o...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ou seja, ele não consegue lucro.

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu não diria lucro, ele talvez não consiga pagar a dívida. Eu acho que, se pagar a dívida, ele não vai se preocupar com lucro.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Mas o Banco Central quer colocar em leilão agora com que objetivo?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu não saberia dizer ao senhor.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Mas se não tem a garantia de receber, qual é o interesse que o Banco Central tem? Por que o Banco Central se sente premido para fazer o leilão disso?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu não saberia ao senhor.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Subjetivamente, o senhor não tem uma interpretação disso?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, não sei dizer por que isso. É uma decisão da Diretoria do Banco Central e eles, com certeza, terão lá os seus motivos para ter a idéia de fazer essa venda.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Mas se eles fazem esse leilão, eles não têm nenhum valor, parâmetros de valor de mercado sobre ...



O SR. FLÁVIO CUNHA – Com certeza eles encontrarão um parâmetro. Com certeza eles encontrarão, até porque eles não deverão ir a um leilão sem ter um preço mínimo estipulado. Mas não saberia dizer ao senhor que critério será estabelecido para se encontrar esse parâmetro e tampouco saberia dizer o senhor o que os conduz a essa decisão.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Só queria fazer uma indagação. Em função da observação do Relator, ele não estava de forma alguma... Neste momento nós não estamos emitindo juízo, mas até como sugestão eventual que pode ser adotada pela Comissão sobre o aspecto institucional do Banco Central. Ele pergunta se o atual interventor liquidante do Banco Econômico, Sr. Natalício Pegorini, que o substituiu, é funcionário da ativa ou é ...

O SR. FLÁVIO CUNHA – É funcionário da ativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Então, seria essa a observação, só para efeito de registro. Consulto o Relator, Deputado...

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Uma pergunta mais. Se o Banco Central determinar esse leilão o senhor aceita a realização dele?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Eu não sou mais o liquidante, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO MILTON TEMER – Ah, o senhor não é mais o liquidante?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Consulto ao Dr. Flávio se gostaria de fazer mais alguma observação?

O SR. FLÁVIO CUNHA – Não, senhor. Eu estou à disposição dos senhores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gustavo Fruet) – Então, Dr. Flávio, agradeço também o seu comparecimento à Comissão. E agradeço a presença dos Parlamentares, dos depoentes. E, antes de encerrar a presente reunião, eu convoco reunião para deliberação de requerimentos amanhã, dia 31 de outubro, no Plenário 13, da Câmara, informando que até o presente momento nós temos, além das matérias que já foram objeto de deliberação na última reunião, mais seis novos requerimentos. E também registro que para a próxima semana já está convocado o Sr. José Emílio Passos Carvalho Quintas, que foi do Conselho Diretor do RAET e o primeiro liquidante do Banco Nacional, e também a convocação do Sr. Luiz Carlos Alvarez.

Está encerrada a reunião.